

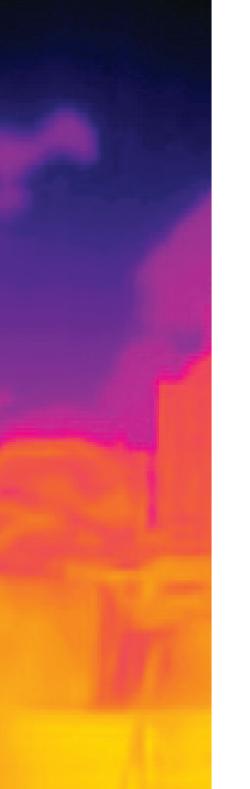


Antes de transformar o mundo, é preciso imaginar que ele pode ser outro

FEBRE 2 investiga e documenta métodos artísticos e de comunicação criativa de visualização da crise e da justiça climática que afetam todos os campos da vida, num espectro que abrange do acesso à água de qualidade para beber à nossa capacidade de imaginar o amanhã. Reunimos experimentos, táticas de mobilização e histórias, de imagens termográficas que revelam o aquecimento global em cores a registros de processos de colonização transformados em exposições.

Esta pesquisa dá continuidade à série composta por A Arte em Luta (2021) e FEBRE 1 (2023), aprofundando a compreensão de que toda exploração de terra, mar, rios e espaços públicos carrega uma lógica colonizadora.

Mais do que "descobrir" algo inédito, buscamos ser lugar de memória do artivismo global sobre justiça e clima e sobre as raízes coloniais da crise climática. Seguimos construindo o repositório de ações de movimentos artísticos e da sociedade civil que, ainda quando censurados e com pouca cobertura da mídia, mobilizam nossas emoções, expõem e até revertem práticas devastadoras.



Editorial/ labExperimental e Instituto Lamparina

Queremos alcançar toda e qualquer pessoa interessada na existência interconectada da vida na Terra e inspirar movimentos, organizações e comunidades, para fortalecer redes de solução coletiva, construir poder narrativo e ajudar a "furar o cerco" dos tomadores de decisão que empurram o planeta ao ecocídio.

Como próximos passos, seguimos o trabalho que realizamos juntos no labExperimental, no Instituto Lamparina, e em parceria com diversas organizações, com a missão de tecer redes e intercâmbios cada vez mais potentes para que possamos imaginar e construir uma vida serena e infinita na Terra.

Equipe labExperimental e Instituto Lamparina



Ferryboat da Bienal das Amazônias sobre as águas, concebido pelo artista boliviano Freddy Mamani, com curadoria de Keyna Eleison © Bienal das Amazônias

Carta a quem lê

Enquanto essa edição nasce, uma flotilha com mais de 20 barcos, com ativistas do mundo inteiro, navega em direção a Gaza para furar o cerco imposto por Israel. Gaza, onde milhares de crianças estão sendo condenadas à morte pela fome, todos os dias. É esse espírito de coalizão sem fronteiras que inspira as iniciativas reunidas nesta revista. Um mutirão do bemviver. Uma muyuca de sementes.

Flotilhas, barcos, navios e voadeiras. Os barcospotências que cruzam a Amazônia e o Mediterrâneo. O barco-bloco de carnaval que navega no Rio Água Preta. E no Rio Saracura. As águas que rolam nos barcos, blocos e navios piratas. O primeiro barco do Greenpeace que saiu de Vancouver, Canadá, em 15 de setembro de 1971, para a Ilha Amchitka, no Alaska, para protestar contra testes nucleares.

São muitos barcos. Barcos de Partenope, das praias que hoje são privadas em Nápoles, sendo usufruídas apenas por turistas. Praias que são feitas para nadar, assim como as ruas são feitas para dançar. Praias de chegadas de crianças afogadas na travessia entre África e Europa. Travessias como as dos navios negreiros, que continuam se repetindo nesse mundo desigual, onde as memórias sofrem tentativas de apagamento. Navegamos a memória.

É dentro desses diferentes barcos que seguimos navegando em busca da transformação da imaginação em realidade. Reinventando o fim do mundo no começo de outro mundo. Criando visualizações dessa imaginação como exercício de luta coletiva.

Jonaya de Castro e Talita Virginia

O planeta pode viver sem a gente, mas nós não podemos viver sem ımaginar mundo

Em FEBRE #2, você vai conhecer:

Manifesto da Aliança dos Povos pelo Clima	10
A SUD	_ 16
Baile na Terra	_ 24
As Águas Vão Rolar - antes do Carnaval acabar	
Greenpeace Itália	_ 34
Andreco	48
Manifesto Arte para Ecologias Radicais	64
Saracura Vai-Vai	_ 66
Salve Saracura	72
Bloco do Água Preta	78
Bienal das Amazônias sobre as águas	82
Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza (2024)	86
Pavilhão da Austrália na Bienal de Veneza (2024)	94
Terricidio	_ 100
Common Ground	106
Torto Arado	_ 110
Mare Libero	_ 114
Katharina Ziemke	124
Mediterranea	_ 130
Flotilha da Liberdade	_ 136
Forensic Architecture	_ 138
Eduardo Castaldo	_ 144
Igor Scalisi Palminteri	150
Manifesto Indigenous Action	156



A SUD

9

FEBRE#2 Set/2025

Me bik prõj kam, me aminejê kabem

Aprà kamã mỳjja punu mõrõ kam, gume aben kôt bakabēn, abēn kôt badjumari dja, gê ngô, pyka, ba, mry, me àkôro dja, mỳjjja kuni umari mej. Gume ajte aben kôt kangõ, ba tỳj ne, ami nêje bakabēn rã ã.

Tãm ne ja, gume mẽ amim mỳjja 'ã banotỳj ne banhi djwỳ badjumari mej.

Kam amirint nē anódja

Kubê myja Katat

Kubê mekuni kadjy pyka ã banotyj

Kubê bá mē pyka arek nõro kadjy

Kubê mē ba kukràdjà tum kot ipêj amrē akati mõro kadjy. Men bà ã notyj kam bit ne arek kue. Ne kam amirit. Pyka nokà ne myia õ pāj õrõ ket.

Bà arek ap kadjy ne gu me ba baje mari.

Men ba be ngokre umari mej kadjy: Me kukràdjà, Men kabem, kute krikam amijowatop.

Me ba kukrajdà kot ipéj. Bê, men umari mej.

à mé abém nà tỳm abém kot kuté bà mé ngô mé pỳká mé kadjỳ ajbirj amjrým, né kam ò amjkot mé kuté mỳja kangój tùm mà.

Kam Wámã mé bik'prõj tùm mé mã ówá minrym né Bèn rã'ã ò bà nejê kaben, djam mebengôkré mé bàrôk òba djwyj mé abem nà tỳm áméj bê anos 80 kam bà ó bjkym ket nêje kaben.

Kam ari idjý Chicos, Raonis, Paulinhos, Ailtons "No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade." Chico Mendes Ajbiri né abēm ná tým kãm nguwaj ami nhõ wã ki nhã, né baje my nhã nhipej õ ba tēm kadjy bà kre kàm. Bà kam djuwa ne mē, nha kam né nguwaj ami nhõ wa ki nha, nhym ajtē amym bãm prõn kadjy. Né mē nyre nhajkwa, mēbēngôkre mē né mē tykre mē nē mē puru kam djuwa kre djuwaj mē, né mē bē ngônhakàre mē, bē Brasil kam mē ne mē nha né mē bē temp owàbiri djuwaj mē né mē nekrej yry djuwaj mē, né mē nire bē my nha maridjuwaj mē. nha kam ne arym mē my nha kam ami rim mõ kraj né

Me kuté aben kot kagõj ja ne apýj mē ba djari kaben, me kukradja mē, me kaben mē, myja neje be kaben ba me aben kot kagõ. Amrē akati mõro kadjy. Me kuté aben kot kagõj ja ne raj ó pyka kuni jakré.

Men bikprõj jane kube apyj me ba djàri arek aite kute aite ôtep rã ã kadjy,

Rã ã kabem, me kukràdjà, mentoro, men myia nejê kabem djwyj, ne kute abem mã ã ujaren, aret ne ipej ne men be decolonial kute omuj kadjy.

Men baje myia neje ba kabem jane kube pykà nôkà ny jadjwyry kadjy ba kabem ne ja. Arek myia tum jaren otet ne ô myia amre têp kute aminhipej kadjy. Né arek ô aminhō rã ã!

Men bikprõi jane kube rai ô kute pykà kuni jakrej. Akubyt bà kute amirin kam, kam me kīnh ne myjja mej kute mē mã amirin kadjy.

Mē kute aben pari ket kum okraj ket kadjy.

Mē umari mej ne ari ba kadjy,

Aben titik ket ne.

Mē kute aben pydji kam gê dja krī kot, mē be quilombos, me krī kot ba mē, krī raj kot mē.

Mē kute aben mã kaben ne kute aben pydji kam ne gu mē Akubyt ba tyj.

Manifesto da Aliança dos Povos pelo Clima

Em tempos de colapso climático, erguemos uma rede de luta ancestral, pela Amazônia viva, pelas florestas inteiras, pelas vozes dos rios pelo planeta e pela humanidade que nele respira. Nossa proposta é de envolvimento pela defesa da vida.

Envolver é cuidar. É plantar justiça. É proteger o planeta com dignidade e equidade. É preservar as florestas e os corpos-territórios. É valorizar saberes ancestrais como ferramentas de futuro.

Só tem floresta porque tem gente cuidando, se envolvendo. E Território não se negocia. A existência humana depende desse equilíbrio. Lutar pela essência do povo: cultura, língua, modo de vida. É valorizar a própria história. É o bem viver.

A Aliança dos Povos pelo Clima nasce jovem, mas carrega a força de uma luta antiga. É homenagem viva à primeira Aliança dos Povos da Floresta, quando seringueiros e indígenas uniram corpos e vozes contra a máquina predatória nos anos 80, Chicos, Raonis, Paulinhos, Ailtons "No começo pensei que estivesse lutando para salvar seringueiras, depois pensei que estava lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, percebo que estou lutando pela humanidade." Chico Mendes

A primeira Aliança foi um grito para afirmar que dentro da floresta existem pessoas. Hoje o grito ecoa outra vez, da boca de jovens indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, beiradeiros, pescadores artesanais. E na liderança muitas mulheres. Agora a revolução também é delas!

Essa Aliança é um espaço onde a luta de cada povo ecoa, unindo vozes, tradições, culturas, artivismos e conhecimentos para discutir, propor e realizar uma visão climática decolonial. Essa luta é pela demarcação do presente, honrando o passado para criar novos futuros. Tomem pertencimento! A Aliança dos Povos pelo Clima é maior que qualquer território.

É convite dos encantados e encantadas. É pacto de respeito mútuo entre humanidade e natureza. É compromisso coletivo com a vida. É modo de viver e bem viver.

É um chamado para se reflorestar. Reflorestar sorrisos e sonhos, E não plantar guerras. É reflorestar a esperança, E não plantar a violência. É um chamado para reflorestar aldeias, quilombos, comunidades e cidades. É um chamado para reflorestar o mundo.

Manifesto da Aliança dos Povos pelo Clima, tecido e traduzido por muitas mãos, publicado em setembro de 2025 no site povospeloclima.org

A Aliança dos Povos pelo Clima é uma articulação que nasce como herdeira da histórica "Aliança dos Povos da Floresta", formada nos anos 1980 por Chico Mendes, Raoni Metuktire, Ailton Krenak e outros líderes. Quatro décadas depois, em meio ao agravamento da crise climática, povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, beiradeiros e juventudes urbanas se unem novamente em um pacto nacional que coloca a diversidade no centro da resposta à emergência planetária.

As lideranças dessa releitura são: Ana Rosa, Anderson Santos (Ganga), Angélica Mendes, Arewana Juruna, Benezildo Silva, Gleiciane Pismel, Isis Tatiane dos Santos (Tati Quilombela), Jaciara Borari, Jefferson Tupari Mukarap, Joelmir Silva, Matsi Waura Txucarramãe, Samsara Nukini, Sara Lima, Silvia Rocha, Tailani Wajuru, Val Munduruku, Walter Kumaruara, Xulu Waura. A tradução do manifesto em Mebêngôkre, língua falada pelo povo Kayapó, foi feita por: Bakae Omk, Bep Moromt, Beptuk, Kadjure, Kokokroriti Metuktire, Kangã e Yongo Metuktire Tapayuna





O fim de mim, o começo de nós

asud.net/@a.sud

Enquanto o mundo parece preso à lógica do colapso, ativismos performáticos ocupam ruas, manifestações, blocos de carnaval e assembleias interespécies. São ações que fazem da luta uma celebração coletiva, com espaços férteis para as ideias de quem acredita que manter o clima começa por mudar a cultura.

Nesta entrevista, conversamos com Valerio Gatto Bonanni e outros representantes do A SUD, organização ambiental independente que, em parceria com outras iniciativas, realiza anualmente, em Roma (Itália), a Climate Pride (Parada do Orgulho Climático) — marcha para exigir justiça climática e ações de proteção ao meio ambiente.

FEBRE: Um ativismo criativo muda a forma como a mídia e o público enxergam o movimento?

A SUD: Estar na imprensa ajuda a mudar a narrativa vigente. Porque, em geral, quando se fala em clima na mídia, tudo parece muito doloroso. As pessoas estão lamentando, tudo parece estar queimando. A gente quis mostrar que pode ser mais do que isso, que pode ser encontro, criação, alegria. E, sim, é também um reconhecimento do trabalho artístico.

Porque aquilo foi arte, não só mobilização.

Quando somos crianças, não sonhamos com o fim do mundo A gente sonha com o que ainda pode vir a ser





Entrevista/ A SUD

FEBRE: Como vocês enxergam o papel das novas gerações na transformação dessa consciência? A SUD: Crianças e adolescentes são capazes de imaginar um futuro sem capitalismo, porque, até certa idade, ainda não sabem o que isso significa. Para eles, todo mundo é igual. Se conseguirmos preservar essa inocência, ou melhor, essa capacidade de sonhar, talvez possamos manter vivo o desejo de um mundo melhor.

FEBRE: E como resistir ao senso comum que faz acreditar que "não há alternativa"?

A SUD: Essa é a grande batalha cultural. Muita gente encara o capitalismo como um destino, como se a desigualdade fosse inevitável. Mas não é. As soluçõe

desigualdade fosse inevitável. Mas não é. As soluções estão diante de nós, na energia, na alimentação e na convivência. É um questão de imaginação política; por isso a arte, a narrativa e a cultura são tão estratégicas.

FEBRE: Qual o aprendizado até aqui?

A SUD: Estamos em uma era apocalíptica, mas também em um tempo em que muitas mentes estão mudando.

O mundo está acelerado, instável, porém, mais aberto para imaginar outros futuros. E se há uma chance, ela começa com essas alianças improváveis entre arte,

FEBRE: O que ficou como aprendizado dessa caminhada até aqui?

ciência, ativismo e imaginação.

A SUD: Que estamos em uma era apocalíptica, mas também em um tempo onde muitas mentes estão mudando. O mundo está acelerado, instável, mas também mais aberto para imaginar outros futuros. E se há uma chance, ela começa com essas alianças improváveis entre arte, ciência, ativismo e imaginação.



Muita gente encara o capitalismo como um destino. Mas não é. As soluções estão diante de nós. E uma questão de imaginação política, e por isso a arte, a narrativa e a cultura são tão estratégicas





A luta em festa

@bailenaterra

É possível celebrar a vida sem esquecer que ela está em risco? Ao convidar o público a dançar, pensar e agir em defesa dos biomas brasileiros, o Baile na Terra, festival multimídia, transformou o evento em ato político, chamando atenção para a urgência de proteger o clima e as florestas.

Desde a primeira edição, o Baile na Terra tem como foco temas centrais à justiça climática. Em 2022, com a temática Todos pela Amazônia, o festival reuniu mais de 20 artistas amazônidas, alertando sobre o risco real de colapso do bioma.

A segunda edição do evento, em 2023, alcançou um público de seis mil pessoas. Artistas da Bahia, Maranhão e São Paulo representaram os *Rios Voadores* — vapores d'água que entram do Oceano Atlântico, atravessam a Amazônia e desaguam no Sudeste do país — numa metáfora da diáspora africana e do nascimento do afroreggae brasileiro, que, assim como os vapores, chegaram pelo leste e se espalharam por todo o país.

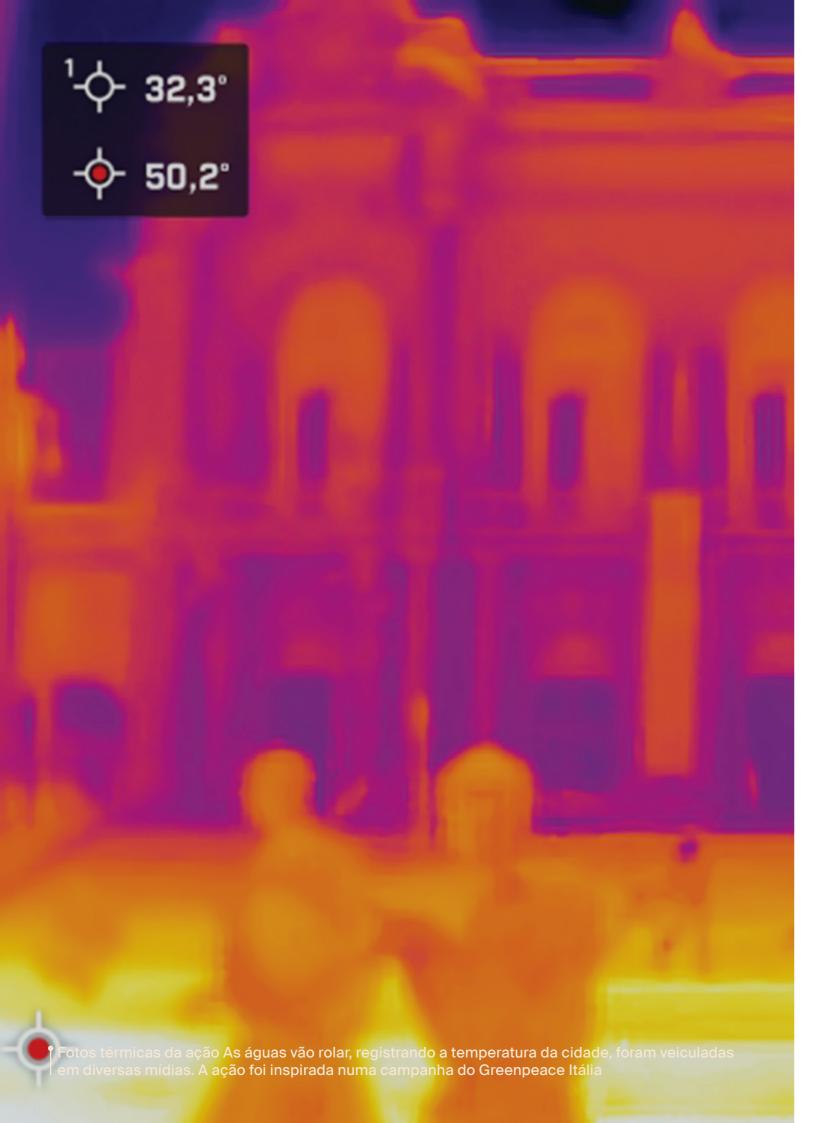
Em 2024, diante de dificuldades de captação de recursos, o festival assumiu um formato colaborativo, com oficinas, cinema e um bloco de carnaval na rua. A temática, *Planeta em FEBRE*, colocou no centro do debate o aumento da temperatura global e seus impactos sociais e ambientais.

Mais do que um festival, o Baile na Terra é um movimento artístico-político, que traduz em música o que cientistas vêm alertando: sem frear a destruição das florestas e o uso de combustíveis fósseis, a Terra caminha para desastres irreversíveis. Ao mesmo tempo, o evento aposta na potência da arte para imaginar outros futuros possíveis, quando a alegria e a luta possam caminhar juntas.



Com floresta tem clima Com clima tem terra

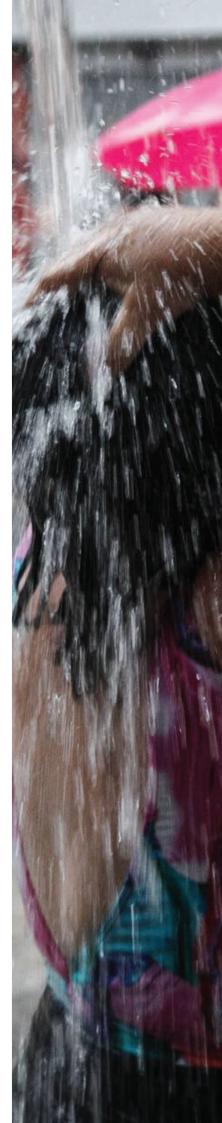




Carnaval pelo clima

asaguasvaorolar.com

Entre 2024 e 2025, mais de 80 blocos paulistanos, em parceria com organizações da sociedade civil, entraram na campanha As águas vão rolar - antes do carnaval acabar, destacando a relação entre clima, cultura e direito à cidade. Uma das principais ações foi a apresentação de uma carta à Prefeitura de São Paulo, com demandas por medidas de segurança e ações que possam minimizar os problemas relacionados ao recrudescimento de ondas de calor e chuvas intensas, como distribuição gratuita de água e criação de um Gabinete de Crise Climática. A iniciativa mobilizou a imprensa, que cobrou respostas públicas da Prefeitura.



Mais cores inesperadas no debate climático

Levar a conversa pública sobre clima para o Carnaval e colocar os blocos na rua como porta-vozes dessa pauta deslocou o debate para o campo da cultura e do entretenimento.

A ideia era popularizar o conceito de adaptação climática e indicar responsáveis por sua implementação.



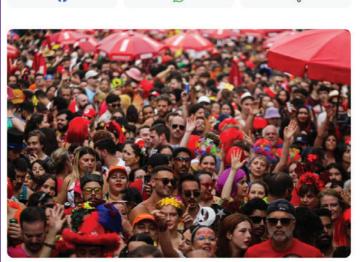
ouvir notícia

CARNAVAL 2025 EM SÃO PAULO

Blocos de carnaval cobram da Prefeitura de SP gabinete de crise climática e distribuição gratuita de água

Movimento 'As Águas Vão Rolar' enviou uma carta à gestão municipal e à SPTuris com solicitações de medidas preventivas para enfrentar as fortes chuvas e o calor extremo

Por Redação g1 SP 04/02/2025 05h02 - Atualizado há 6 meses



Blocos de carnaval pedem distribuição gratuita de água durante o Carnaval de 2025 — Foto: Divulgação/As Águas Vão



que também haia precos acessíveis para a água, de forma que seu custo seja mais barato do

que ao de bebidas alcoólicas.

agênciaBrasit 35

A crise climática no Carnaval de rua de São Paulo

"A carta, assinada por blocos emblemáticos como Ilú Obá De Min, Ritaleena e Navio Pirata, destaca que a situação climática reflete uma realidade alarmante: a crescente frequência de eventos extremos, que têm se tornado cada vez mais comuns no país.

De acordo com a Organização Meteorológica Mundial, 2024 foi o ano mais quente já registrado, e as projeções indicam que o cenário não deve melhorar em breve. Entre as sugestões, a distribuição gratuita de água em áreas de grande aglomeração é uma prioridade. Em pleno calor, garantir o acesso à água potável é uma questão de direito básico, não apenas de conforto. Além disso, é crucial que as bebidas não alcoólicas, como a água, tenham preços acessíveis e que a empresa patrocinadora de 2025, Ambev, atue de maneira responsável.

Os preparativos para o Carnaval de Rua de 2025 devem ser norteados por um compromisso de responsabilidade e cuidado. O legado que buscamos deixar para a cidade é um Carnaval que celebra a vida e a cultura, enquanto respeita e protege o nosso planeta. Em tempos de crise climática, a festa deve ser sustentável e, acima de tudo, segura para todos."





O mundo está queimando, mas quem paga por isso?

greenpeace.org/italy/@greenpeace_ita

Nesta entrevista com Simona Savini e Federico Spadini do Greenpeace Itália, exploramos os dilemas e possibilidades do ativismo climático em tempos de medo, retrocesso e novas formas de resistência.

FEBRE: Como as pessoas estão lidando com o colapso climático? Existe consciência do que está em jogo? Greenpeace: De forma geral, acho que a população italiana compreende bem o que é o colapso climático. A Itália é uma espécie de "zona sensível" no Mediterrâneo, exposta a eventos climáticos extremos com muita frequência. A maioria das pessoas percebe que algo está acontecendo. No entanto, algumas acham que é inevitável, então não se engajam.

FEBRE: Há movimentos sociais tomando a frente dessa luta?

Greenpeace: Sim, iniciativas como a Última Geração – grupo de resistência civil que atua em diversos países pelo preço justo dos alimentos e para proteger as colheitas das catástrofes climáticas. Ele tem atuado com coragem, mas enfrenta um cenário difícil: a pauta climática perdeu centralidade para a maioria dos políticos e há um medo crescente na sociedade: medo da pobreza, do desemprego, de não conseguir pagar a comida ou a moradia. Quando as pessoas têm medo, elas não querem mudar. Isso cria um bloqueio.

O

10.9

FEBRE#2 Set/ 2025

É como se houvesse uma paralisia diante da dimensão do problema, tanto para mudar hábitos quanto para pressionar líderes políticos e corporativos



Entrevista/ Greenpeace Itália

FEBRE: Como o Greenpeace está respondendo a esse desafio? Vocês trabalham com a narrativa da esperança?

Greenpeace: Na Itália, ainda não usamos essa narrativa tanto quanto deveríamos. O Greenpeace é mais conhecido por denunciar os "caras maus", apontar culpados, do que por oferecer soluções. Mas sabemos que precisamos mudar. Estamos tentando, mantendo as denúncias, mas também apresentando alternativas. Um exemplo é a campanha global Stop Drilling, Start Paying, que propõe que grandes corporações arquem com os custos da crise climática, e não as pessoas comuns.

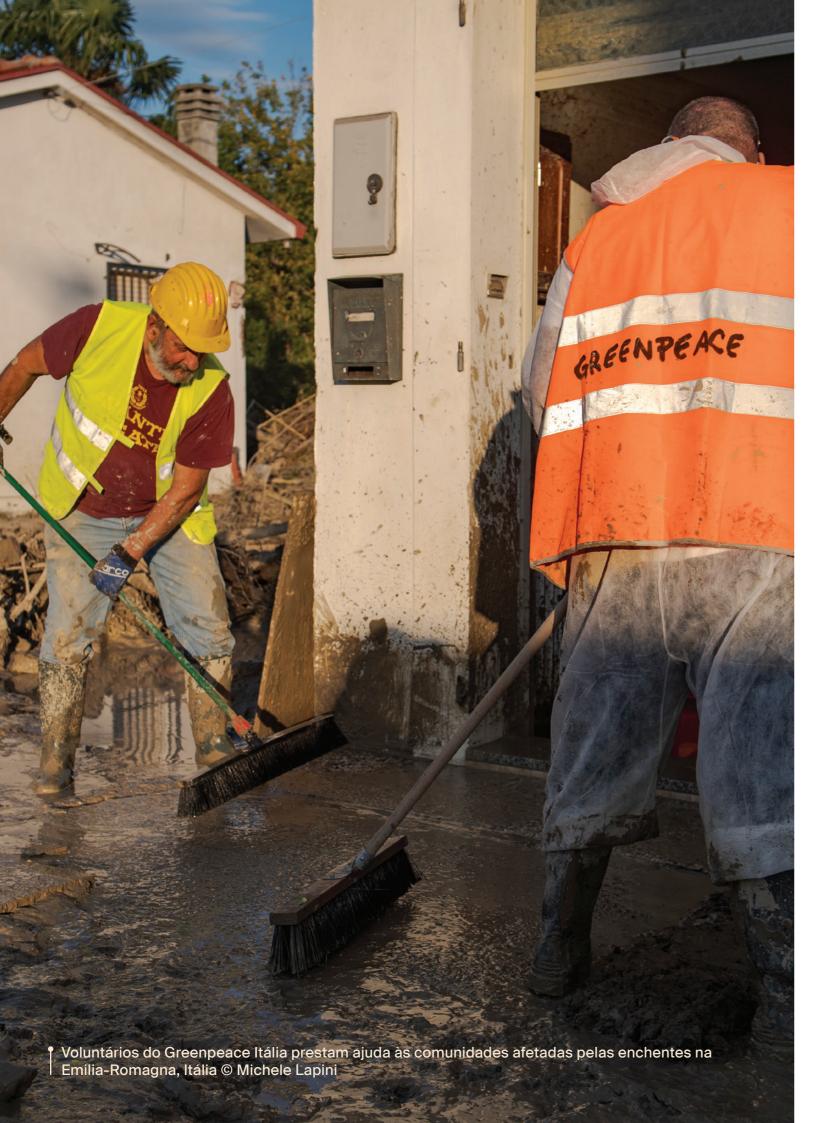
FEBRE: O engajamento da população mudou nos últimos anos?

Greenpeace: Há uma queda perceptível nesse engajamento. Comparadas a cinco ou seis anos atrás, as pessoas estão menos engajadas. Durante a pandemia, houve uma esperança de que o mundo pós-Covid ficaria melhor, com mais justiça social e ambiental. Mas isso não se concretizou. Veio a guerra na Europa, a alta dos preços, e a vida se tornou mais difícil. Quando isso acontece, a tendência é recuar para a esfera privada. A política do medo venceu.

FEBRE: Vocês percebem diferença de engajamento entre gerações?

Greenpeace: Sim, especialmente entre estudantes universitários, que estão bastante ativos e conscientes. Começamos a trabalhar com o conceito de "ecoansiedade" e colaboramos com institutos de pesquisa e associações escolares para entender seus impactos. Há uma geração jovem, com cerca de 20 anos, envolvida com o movimento da Última Geração. Mas também há jovens que, por medo, já se retiraram da ação.





Entrevista/ Greenpeace Itália

FEBRE: Vocês enfrentam repressão institucional em relação ao ativismo?

Greenpeace: Isso não acontece só na Itália. Leis recentes penalizam duramente o ativismo, inclusive com risco de prisão. Há uma tendência na Europa — e no mundo — de criminalizar movimentos sociais. Vemos isso quando a extrema-direita acusa o "lobby verde" de querer que os pobres arquem com a transição climática.

FEBRE: Qual é o principal foco das ações do Greenpeace Itália, hoje?

Greenpeace: Nossa prioridade é a ENI, maior empresa de óleo e gás do país. Eles influenciam profundamente a política energética italiana, muitas vezes mais do que o próprio governo. Por isso, estamos exercendo forte pressão sobre ela. Criamos campanhas criativas, como filtros no Instagram que distorcem seus logos com manchas de óleo, em uma ação simbólica contra sua responsabilidade ambiental.

FEBRE: Essas campanhas estão surtindo efeito?
Greenpeace: Estamos em um processo de litigância climática contra a ENI, junto com a ONG Recommon e 12 cidadãos italianos de regiões afetadas por eventos extremos. Além disso, fazemos ações diretas não violentas. Já enfrentamos processos judiciais, inclusive SLAPPs (ações estratégicas contra participação pública), em que as empresas tentam nos silenciar ou intimidar individualmente os ativistas.

Mas sabemos que, se reagem, é porque nossa pressão está surtindo efeito.

0

E ORA CHI PAGAP





Entrevista/ Greenpeace Itália

FEBRE: Vocês têm experimentado novas formas de engajamento?

Greenpeace: Durante a COP29, organizamos em Roma uma instalação artística chamada "E ora chi paga?" ("E agora, quem paga?"). Criamos um showroom com objetos do cotidiano inundados, como sofás e cadeiras, e reproduzimos vozes de comunidades atingidas por enchentes, inclusive no Brasil. A mensagem era clara: hoje, quem está pagando pela crise climática são as pessoas, mas os verdadeiros responsáveis seguem impunes.

FEBRE: Na opinião de vocês, que tipo de inovação narrativa ainda precisa ser feita?

Greenpeace: Precisamos conectar o aspecto ambiental ao social de forma mais clara, mostrar que proteger o ambiente e a biodiversidade é também criar uma sociedade mais justa. Ainda não somos bons nisso, talvez porque não somos economistas.

Mas temos que aprender.

Febre: Há exemplos recentes dessa inovação narrativa? Greenpeace: Estivemos no Fórum Econômico Mundial, em Davos, protestando contra os bilionários e exigindo taxação dos super-ricos como forma de financiar a transição ecológica. Foi uma tentativa de unir a pauta da desigualdade à pauta ambiental.

É nessa direção que precisamos seguir.



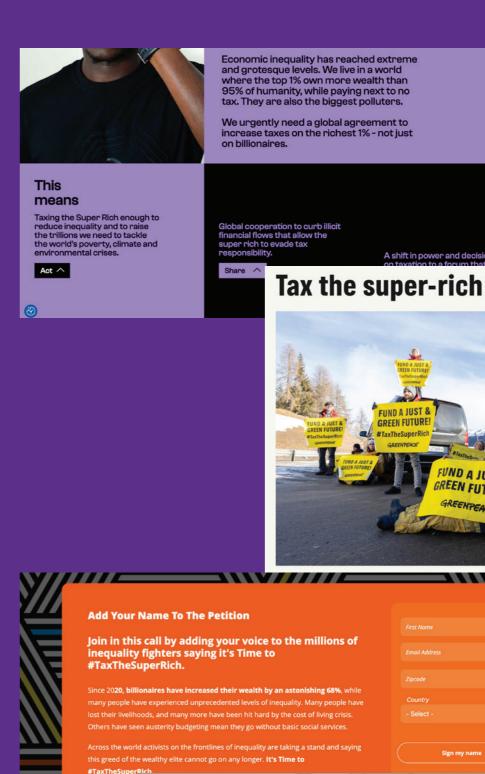
Justiça climática e justiça social não são coisas separadas. E a esperança precisa nascer dessa união



Guerra cultural e discursos polarizadores

Na Europa, tem crescido uma narrativa da extremadireita, segundo a qual a transição climática seria financiada, principalmente, pelas populações mais pobres, enquanto os bilionários e grandes corporações seriam poupados. Esse discurso é parte de uma estratégia mais ampla de "guerra cultural" contra políticas ambientais. A discussão sobre mudanças climáticas nas mídias sociais se tornou altamente polarizada, com a direita usando intensamente narrativas contrárias ao clima para chamar políticos e ativistas de hipócritas ou elitistas – incluindo a acusação de que os ambientalistas seriam contra o crescimento econômico, como é o caso da atual discussão sobre a exploração de petróleo na foz do Amazonas.

Para desmontar essas narrativas e apontar para os verdadeiros inimigos do clima, campanhas de taxação sobre os super-ricos têm surgido em todo o mundo.



ADD YOUR NAME

THE "COST OF

LIVING" TAX

EXEMPTION

(paid for by Millionaires)

SUPPORT THE "COST OF

LIVING" TAX CUT (PAID

FOR BY MILLIONAIRES)

Working people have had it, rich people won't feel it,

and there's no cost to the country.



O poder da radicalidade

climateartproject.com/ @climate_art_project

Engenheiro ambiental, artista visual e ativista climático, o italiano Andrea Conte (Andreco) tem cruzado as fronteiras entre ciência e imaginação para construir uma linguagem própria, poética, precisa e profundamente engajada com o território. Desde 2015, quando fundou o Climate Art Project durante a COP21 e a marcha global pelo clima em Paris, ele cria obras públicas, rituais coletivos, bandeiras e intervenções urbanas que dialogam com ecossistemas, comunidades e movimentos sociais. Seus projetos perpassam a ecologia política e o ativismo simbólico, propondo outras relações com o não humano e redesenhando os vínculos entre arte, ciência e justiça climática. Na entrevista abaixo, ele compartilha seu método, suas referências e o desejo de manter a arte radical.

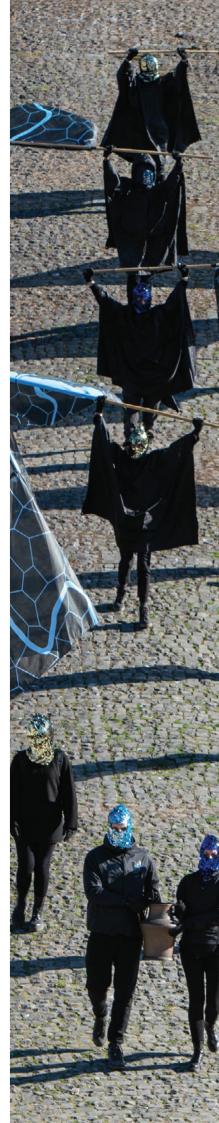
FEBRE: Você usa uma abordagem muito particular no seu trabalho com rios. De onde vem esse olhar?

Andreco: Minha pesquisa sobre os rios está firmemente enraizada na ciência. Tenho um background em gestão sustentável de águas. Portanto, trato os rios e os corpos d'água, primeiro, de uma perspectiva científica e, depois, de uma perspectiva artística.

Criei meu próprio método multidisciplinar. Durante o processo de produção, deixo que minha intuição artística me guie, sem restrições.

0

FEBRE#2 Set/ 2025





FEBRE: Por que a arte ganhou essa centralidade no seu trabalho?

Andreco: Porque estamos vivendo tempos difíceis com o crescimento do nacionalismo e do conservadorismo em todos os lugares. E é justamente nesse momento que a arte e a cultura precisam falar mais alto. A arte ajuda a quebrar as fronteiras das nações. Estamos vivendo uma questão climática que não é só ambiental, mas social também e totalmente conectado à justiça climática e à migração. E a gente tem que enfrentar esse problema de forma cooperativa, não a partir de uma abordagem nacionalista. A atmosfera é uma só, e tudo nela está interligado.

A necropolítica e o racismo ambiental têm origem nos modelos capitalistas, coloniais e neocoloniais que persistem até hoje e têm efeitos devastadores tanto para os seres humanos como para os não humanos. O genocídio em curso na Palestina é um dos exemplos mais evidentes da necropolítica e da desumanização contemporâneas.

Devemos investir nossas energias em lutas locais e internacionais pela justiça climática e social. Também devemos fazer nossas vozes serem ouvidas por intermédio da cultura. A arte contemporânea pode ser uma ferramenta para imaginar alternativas, um meio de cura e reparação, além de uma forma de defender a justiça. É importante continuar lutando, mesmo quando as condições são adversas.

FEBRE: Como você articula sua trajetória como artista e cientista?

arada do Rio Tevere © Giovanni De Angelis roduzida pela Fondazione Romaeuropa, em colaboração com o Teatro dell'Opera de Roma, ccademia Nazionale di Santa Cecilia, Andreco Studio e Climate Art Project. Festa di Roma 2020





Andreco: Sou um artista que estudou ciência e ecologia. Fiz engenharia ambiental e tenho doutorado em soluções baseadas na natureza para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Há uma longa tradição de artistas interessados em ecologia. Gianfranco Baruchello, Ana Mendieta e Joseph Beuys são referências importantes para mim. Por exemplo, Beuys era um artista socialmente engajado e um dos fundadores do Partido Verde alemão.

FEBRE: Você também tem escrito bastante...
Andreco: Sim, escrevi recentemente sobre isso no manifesto Arte para ecologias radicais. É uma tentativa de definir a interseção entre arte e biopolítica, ou arte e ecologia. Nos últimos anos, escrevi capítulos para alguns livros. Um deles é esse manifesto; o outro é Contra a natureza: política e ecologia, da teoria à prática. Escrevi um capítulo sobre arte radical e ecológica.

FEBRE: E como você encara a dificuldade de comunicar a mudança climática?

Andreco: As mudanças climáticas são tão difundidas globalmente que é difícil compreendê-las e percebêlas. O filósofo Timothy Morton diz que o aquecimento global é um hiperobjeto, tão amplamente distribuído no tempo e no espaço que é difícil de perceber. E isso é verdade. A mudança climática está diante de nós, mas não conseguimos percebê-la no dia a dia. Existe uma ideia equivocada de que os homens brancos ocidentais estão seguros. Que eles têm os meios para sobreviver; podem escolher os melhores lugares para morar e instalar condicionadores de ar. Mas isso não é verdade. O local onde as pessoas vivem nas cidades faz toda a diferença. As pessoas mais pobres e racializadas vivem em moradias informais, em áreas mais sujeitas a riscos e, frequentemente, a inundações. Enquanto isso, novos condomínios residenciais são construídos nas áreas mais seguras. No entanto, mesmo as pessoas privilegiadas não estão seguras. Ninguém está.



Vamos manter radical. Radical para o território





FEBRE: Como construir narrativas de esperança ou outras abordagens artísticas diante disso?

Andreco: Os artistas estão tentando mostrar outra relação com o não humano. Esse é um grande tema. Eles defendem uma abordagem ecocêntrica em vez de antropocêntrica. Muitos artistas estão construindo novas narrativas. Uns mais científicos, com dados. Outros mais ritualísticos, simbólicos, baseados em saberes indígenas e comunitários. Alguns seguem rituais; outros, experimentos científicos. Mas todos afirmam que devemos reconstruir nossa relação com o ecossistema. Caso contrário, seremos extintos.

FEBRE: Existe o risco de que esse tipo de arte seja cooptado ou esvaziado?

Andreco: Sim. Quando a arte se torna mainstream, corre-se o risco de ser usada para greenwashing. Odeio isso. Para evitar que isso aconteça, temos que mantê-la radical. Radicalidade para o território. É fundamental compreender o contexto, as lutas locais e o trabalho que realizado nas comunidades. Isso nos ajudará a evitar uma atitude extrativista em relação à cultura.

FEBRE: Seu trabalho também envolve colaboração com comunidades locais. Como isso funciona?





Andreco: Há dez anos, fui convidado para trabalhar em Paris, durante a COP21. Foi aí que nasceu o Climate Art Project. Combinei minha formação científica com arte e criei um método para trabalhar de forma multidisciplinar e com as comunidades locais.

Desde então, tenho abandonado a retórica catastrófica do tipo "estamos todos morrendo". Prefiro colaborar com comunidades para compartilhar boas práticas: permacultura, jardinagem, infraestrutura verde, ajuda mútua. Isso se tornou um método. Cada lugar tem suas pessoas, energia, conhecimentos. Eu me adapto. Gosto de aprender com o desconhecido.

A Aula Verde – Sala das Árvores é uma metodologia para reflorestamento urbano com práticas sociais e artísticas e resultado dessa pesquisa.

FEBRE: Você mencionou um projeto sobre rios. Poderia falar mais a respeito?

Andreco: Comecei o projeto Flumen há oito anos. É um jeito de olhar para a cidade e seus problemas a partir da perspectiva do rio. Os rios são fundamentais para a vida, para os ecossistemas, para as cidades. Mas eles estão geralmente poluídos, esquecidos. Considerar o ponto de vista do rio, que é um não humano, ajuda a construir uma forma de vida mais sustentável.

Desde então, venho trabalhando com rios, parques, oceanos e florestas, criando boa parte da minha arte em conexão com esses elementos.

FEBRE: É o caso do Parque Lago Bullicante, em Roma? Andreco: Sim. É uma luta importante. O parque era propriedade de um empreendedor e especulador. Foi abandonado por anos, até que a comunidade o ocupou após várias manifestações. A municipalidade autorizou que se tornasse um parque público e um Patrimônio Natural, um local preservado. Uma vitória.

O

FEBRE#2 Set/ 2025





No entanto, ainda há parte do território que precisa ser transformada. Então, criamos uma bandeira que representa essa luta, representa a topografia da área que queremos que se torne um parque público, acessível a todos. Usamos as bandeiras em manifestações. A arte como uma ferramenta de protesto, e o movimento reconhece cada vez mais o poder da imaginação.

FEBRE: As bandeiras têm uma presença forte no seu trabalho. Por quê?

Andreco: Sim. As flags geralmente representam elementos da paisagem. Elas se tornam atributos do território. No último Climate Pride, por exemplo, realizamos um evento de quatro dias com coletivos. Juntos, decidimos que nenhuma bandeira representando grupos, associações, partidos políticos etc. seria permitida, e que apenas nossas bandeiras paisagísticas poderiam ser usadas. Nossas bandeiras defendem os não humanos. Elas celebram rios, montanhas, animais e nossa imaginação..

FEBRE: Você também se conecta com práticas tradicionais, como as agroflorestas. Como isso entra no seu processo?

Andreco: Após muitos anos de pesquisa científica sobre o uso da terra, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) afirmou, no *Relatório sobre o Uso da Terra*, que a melhor prática é a agrofloresta. No entanto, os povos indígenas já fazem isso há séculos. Não é preciso ter um doutorado para entender como produzir alimentos e sequestrar carbono simultaneamente. Basta ter experiência e conhecimento dos ecossistemas. [O filósofo italiano Antonio] Gramsci os chamava de intelectuais orgânicos. São pessoas cujo conhecimento está incorporado em seu território. É isso que também busco: viajar, aprender e reconhecer que não sei nada. E começar de novo.



Ébonito quando a ciência confirma O que sua avó já sabia.

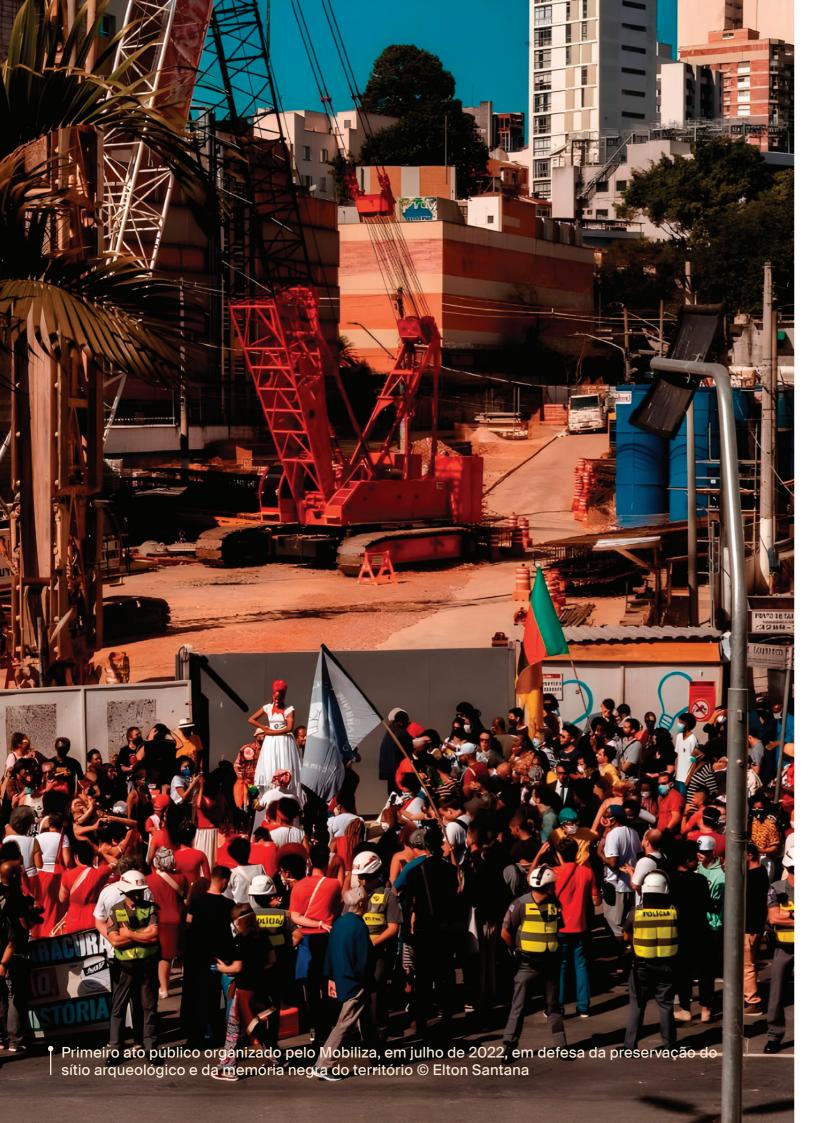


Manifesto Arte para Ecologias Radicais

- 1/ Arte é parte do mundo. Arte para Ecologias Radicais é parte das lutas para mudá-lo.
- 2/ Arte é uma promessa de outros mundos, mas é no mundo real que as promessas devem ser cumpridas na participação das lutas pela sua transformação.
- 3/ O novo materialismo e o materialismo histórico atuam juntos contra a exploração e a dominação. A especulação se abre para o potencial de se tornar uma prática social anti-hegemônica; caso contrário, seria neutralização e captura.
- 4/ No nosso atual colapso ambiental, a condição necessária para a autonomia da arte é sua autonomia do aparato neoliberal-extrativista. Os trabalhadores da arte e as instituições artísticas devem refletir sobre sua posição e agir em conformidade.
- 5/ Arte para Ecologias Radicais é abolicionista, contra a repressão policial, o fascismo, o racismo, o colonialismo e o genocídio. Seu alicerce são as vozes dos oprimidos e nosso sopro de libertação.
- 6/O sujeito revolucionário não é apenas humano. Alianças transversais e interespécies podem agir poderosamente contra ventriloquismos, dualismos e hierarquias das alteridades.
- 7/ Arte para Ecologias Radicais torna visíveis as vulnerabilidades e precariedades humanas e outras não humanas, e cuida delas.
- 8/ O desmonte das bases do privilégio colonial nesta era de colapso ambiental e democrático é primordial. Arte para Ecologias Radicais abre espaço contra a contenção e a detenção de humanos e não humanos migrantes.

- 9/ As lutas estão interligadas, assim como as opressões. O extrativismo ideológico e material, que abusa das vidas como se fossem recursos, meios ou produtos, deve acabar agora. Na vida compartilhada, a libertação é total.
- 10/ Acabar com combustíveis fósseis é prioridade. Qualquer cumplicidade com o biocapitalismo, a indústria extrativista e o greenwashing financeiro dentro e fora das instituições de arte deve acabar.
- 11/ Arte para Ecologias Radicais é sempre anticapitalista; do contrário, não é Arte para Ecologias Radicais. O capitalismo é o motor da degradação ambiental. Não existe capitalismo sustentável. Tecnosolucionismo e reformismo de transição são mentiras.
- 12/ Arte para Ecologias Radicais apoia tecnologias que libertam a vida humana e não humana, e não perpetuam a exploração do trabalho produtivo e reprodutivo.
- 13/ Arte para Ecologias Radicais é generativa porém antiprodutivista. Adota o decrescimento e multiplica questões, terminologias, conexões e cenários.
- 14/Instituições de arte financiadas pela filantropia tóxica devem ser abolidas. Anti-museus e alter-instituições são as formas que adotamos para a imaginação institucional comum.
- 15/ Como trabalhadores da arte, habitamos espaços de privilégios raciais, de classe, de gênero e de subordinação. Apoiamos aqueles cujas liberdades são ameaçadas. Reivindicamos a liberdade de expressão e nos posicionamos contra a censura.
- 16/ Distopia é privilégio. Chega de discurso apocalíptico; não é o fim do mundo, mas sim do capitalismo global e seus imaginários tóxicos. A arte repara temporalidades e liberta o futuro, abrindo horizontes para além do realismo capitalista e do catastrofismo.

Manifesto publicado em novembro de 2023 pelo Instituto da Imaginação Radical, uma associação cultural com sede em Nápoles, Itália



A cidade sonha em voltar a ser floresta

@estacaosaracuravaivai

No centro de São Paulo, em um dos bairros mais simbólicos da cidade, o Bixiga, disputa-se o futuro de um vale onde resistem nascentes e memórias.

Ali corre, soterrado, o rio Saracura, testemunha da história negra, indígena e artística da cidade.

O Saracura nasce perto da Avenida Paulista e deságua no Vale do Anhangabaú. Foi no vale desse rio que se formou, após a abolição, o Quilombo Saracura, território negro e popular que também deu origem à escola de samba Vai-Vai. E, muito tempo depois, ao Teatro Oficina.

Formado por entidades do movimento negro e coletivos culturais, o Saracura Vai-Vai surgiu para defender a memória do Quilombo da Saracura, revelada nas escavações da Linha 6-Laranja do metrô, em 2022. Mais de 100 mil peças, além de vestígios de moradias e locais que atestam práticas religiosas, emergiram do subsolo do Bixiga, mas corriam o risco de serem consideradas entulho. Desde então, a mobilização tem como objetivo a preservação desse patrimônio, a reparação da memória negra e a permanência da população no território, apesar da especulação imobiliária. Nesta entrevista, conversamos com Vera Campos, integrante do movimento, sobre memória, justiça racial e conexões entre o quilombo, o rio Saracura e os desafios climáticos atuais.





Entrevista/ Saracura Vai-Vai

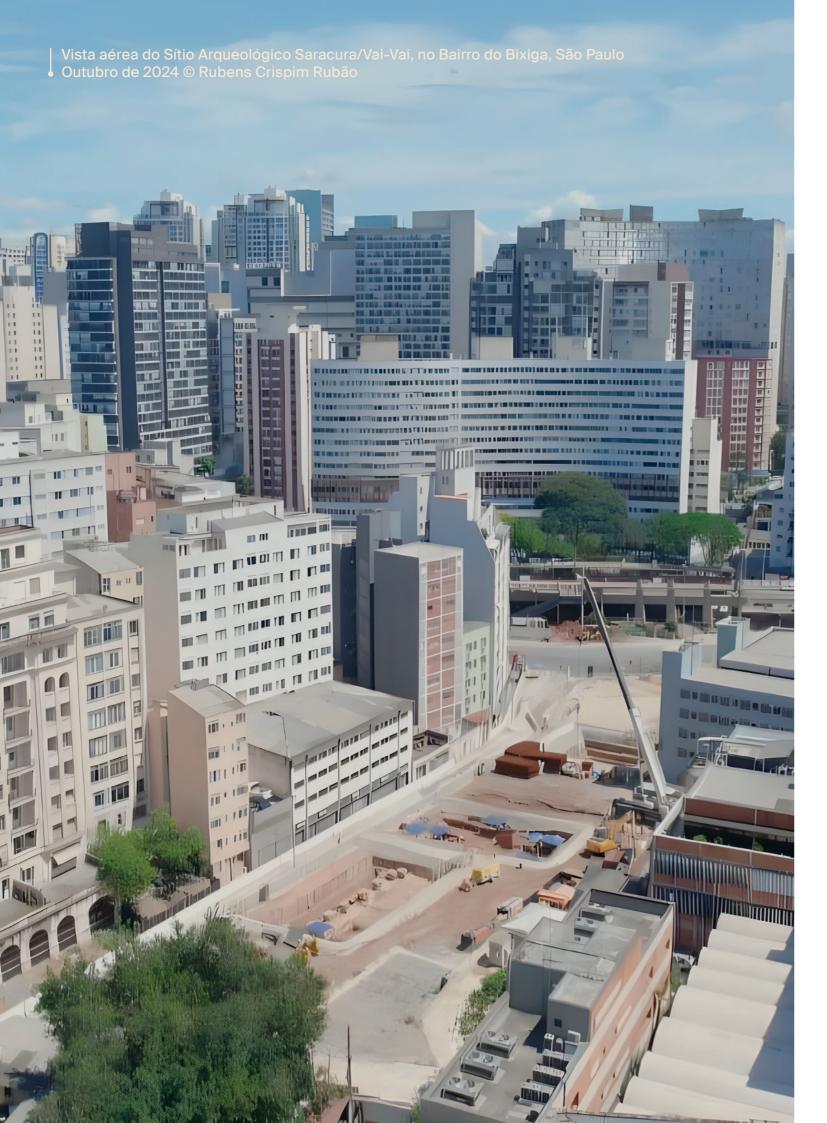
FEBRE: Existe um sítio arqueológico quilombola no Bixiga?

Saracura Vai-Vai: Sim, existe. Os primeiros vestígios foram encontrados em abril de 2022. Desde então, já se localizaram mais de 100 mil peças, além de estruturas de moradias e locais de culto religioso. Esses materiais, porém, não estavam sendo tratados como artefatos de memória. Foi então que nos reunimos para advogar pela importância de se preservar e conhecer essa materialidade do antigo quilombo.

FEBRE: Qual é o sonho da mobilização?
Saracura Vai-Vai: Sonhamos pela reparação da memória, para que seja preservada, respeitada, e que haja uma cultura de proteção desses artefatos para que as pessoas que moram ou moraram no bairro se reconheçam. O Bixiga, antes de ser um território de população italiana, era um território indígena e preto. Pessoas negras escravizadas, sequestradas em África, encontram um ponto de refúgio no Vale do Saracura. A mobilização quer a reparação dessa memória e a valorização do povo e da cultura preta, quer a estação do metrô sem apagamento da história.

A luta também é pela permanência da população negra no território e contra processos de expulsão advindos da especulação: memória e permanência.





Entrevista/ Saracura Vai-Vai

FEBRE: Qual é a conexão com a crise climática?
Saracura Vai-Vai: Pensar essas práticas culturais do território como saída para os desafios e as mudanças climáticas a partir do rio que corre ali, o Saracura.
Esse rio está represado, como todos os rios na cidade de São Paulo. Você tem um fluxo de águas que poderiam servir para uma melhor qualidade de vida da população e até para que a gente pudesse respirar melhor, com árvores plantadas. É preciso expor esses artefatos para que se possa ver com os próprios olhos que ali, naquele território, havia rios, peixes e uma qualidade de vida decente. Dar vida a um museu construído em um local onde um dia foi o Quilombo da Saracura, onde se preservou essa história.

FEBRE: Seria uma forma de decolonização climática? Saracura Vai-Vai: A gente sabe que há genocídio em África, genocídio em Gaza e um genocídio da população preta muito forte aqui no no país, mais especificamente em São Paulo. Queremos trabalhar educação, cultura, memória e questão climática com as crianças para que elas possam crescer como jovens e adultos conscientes. Por exemplo, sabe-se que até então não iria ser construída a estação de metrô ali, onde a escola de samba tinha sua sede, há mais de 50 anos. De uma hora para outra, o discurso mudou e as pessoas foram obrigadas a saírem daquele espaço da escola de samba, onde se formou um grande quilombo. Era um ponto de encontro, um ponto de cultura muito forte ali, onde está sendo construída a estação. Até hoje, a Vai-Vai, a escola de samba com mais títulos na cidade de São Paulo, está sem espaço. Então, pela segunda vez, se desfez um quilombo no território do Bixiga.



O Teatro Oficina e o Parque do Rio Bixiga

No Bixiga, sobre onde repousa o invisível rio Saracura, mora o lendário Teatro Oficina.

Fundado nos anos 1950 e recriado nos anos 1980 com projeto de arquitetura de Lina Bo Bardi, o Teatro Oficina Uzyna Uzona é mais do que um edifício cultural: trata-se de uma experiência radical de ocupação do espaço urbano. Aberto para a rua, sem palco frontal, ele dissolve fronteiras entre cidade e cena, entre ator e espectador.

Foi desse espírito de abertura que nasceu, há décadas, o desejo de criar um parque cultural e ambiental do Bixiga no terreno vizinho ao teatro, um espaço de convivência, memória e natureza viva. Mas o plano encontrou um poderoso opositor: o Grupo Silvio Santos, proprietário da área, interessado em erguer, naquele terreno, torres residenciais e mesmo um shopping center.

Artistas, urbanistas, moradores e coletivos se mobilizaram para impedir a obra e propor um uso alternativo da área. A disputa se transformou em um embate sobre modelos de cidade. De um lado, a verticalização e o lucro. Do outro, o direito à terra, à água e à imaginação coletiva.

O Parque do Rio Bixiga se insere nessa agenda: ele é um espaço de resiliência climática, onde natureza e cultura se reencontram. Com a morte de Zé Celso, em 2023, o poder simbólico de sua trajetória catalisou apoios. Hoje, o Parque do Rio Bixiga está mais próximo do que nunca de se tornar realidade: a Prefeitura de São Paulo anunciou, em dezembro de 2023, investimento de 51 milhões de reais para viabilizar o projeto. Com isso, o concreto diminui e a vida aumenta na cidade de São Paulo.

Coalizão gera transformação

@salvesaracura

Entre rios soterrados, arte insurgente e justiça climática, o renascimento ao ar livre dos rios urbanos é símbolo da luta coletiva pela vida nas cidades. Foi nesse contexto que nasceu o coletivo Salve Saracura, formado por moradores, artistas, pesquisadores e ativistas. Desde 2019, o coletivo articula ações para proteger as nascentes e recuperar a presença do rio Saracura no imaginário da cidade. Conversamos com o coletivo sobre a potência da ação comunitária e as batalhas por justiça climática.

FEBRE: Como as pessoas estão lidando com o colapso climático?

Salve Saracura: A percepção, o entendimento, a ação e reação no que diz respeito ao colapso climático variam radicalmente quanto à posição social e econômica das pessoas e, claro, a seus vínculos territoriais, políticos e institucionais. Se, por um lado, o debate e conceituação avancaram bastante, também esteve em andamento certo quietismo climático, ou, como nomeia o artista e teórico Warren Neidich, uma eco-agnosia, ou seja, certa "ignorância" produzida com o conhecimento que, nesse caso, implica em negacionismo climático. Isso tem a ver com uma série de fatores, como a redução da difusão midiática sobre os reais impactos do colapso ambiental nas vidas das populações, especialmente as mais vulneráveis, como as quilombolas, ribeirinhas e populações de baixa-renda. Essas populações já vivem os impactos no seu cotidiano. Somados a eles, nossos limites nos impedem de conceber, perceber e mesmo imaginar o quanto é importante pensar e agir a respeito desse assunto.



0

FEBRE#2 Set/ 2025



Entrevista/ Salve Saracura

FEBRE: Como o coletivo está respondendo a esse desafio?

Salve Saracura: Nossa ação é local, mas com vínculos e ecos planetários, à medida que nos juntamos a uma iniciativa com outros grupos, especialmente entre 2023 e 2024, como o Zona Ribeirinhas em luta, com o qual compartilhamos nossas táticas com a Floating University, de Berlim, e o Labtek Apung, de Jacarta.

FEBRE: Você sente que o engajamento da população mudou nos últimos anos?

Salve Saracura: Talvez por termos emergido de uma configuração local, ligada à imaginação comunitária de estratégias para a contenção da especulação imobiliária, especialmente em áreas de nascentes urbanas e com impactos em populações de baixa renda e racializadas, não fica nítido como a população responde à questão climática. Mas houve progresso quanto à ideia de uma (cosmo)cidade multiespécies, com uma diversidade étnica e biocultural garantida. Os rios e demais entes não humanos são parte constituinte e fundamental.

FEBRE: Vocês percebem diferença de engajamento entre gerações?

Salve Saracura: Deram muito certo a participação e os exercícios de imaginação política que fizemos com as infâncias do Bixiga. Logo no início do grupo, houve uma chamada de desenhos *Imagina o Bixiga*, com a criançada convocada a imaginar o bairro.

Apareceram coisas maravilhosas, como uma enorme piscina no meio do bairro! Dá pra pensar nisso como uma resposta às ilhas de calor, fenômeno climático extremo que – sabemos – influencia o cotidiano das pessoas e, claro, das crianças do bairro.





Entrevista/ Salve Saracura

FEBRE: Hoje, qual é o principal foco das ações do coletivo? Essas campanhas estão surtindo efeito? Salve Saracura: Durante os quase seis anos de existência, fizemos uma série de atividades e ações, sempre com a prerrogativa do Bixiga como território biocultural (indígena, negro, imigrante e de população de baixa renda, entrecortado e moldado pelos rios e com presença de nascentes). Partimos da ideia do Bixiga como território educador e sonhador, com ações multifacetadas, autônomas e multidisciplinares, tendo como ponto de partida o entendimento de que a ação deve ser permanente e transversal, mas localizada e com bases comunitárias. Desde que iniciamos, notamos a incorporação do debate em torno da questão ambiental na pauta local, além do reforço nas pautas preexistentes, como no caso do Parque do Rio Bixiga, seja na reivindicação de que os rios Saracura, Itororó e Bixiga façam parte do cotidiano da população, seja na exigência e percepção deles como entes políticos das mobilizações e lutas.





A Terra tá em transe

@blocodoaguapreta

O bloco carnavalesco Água Preta desfila todos os anos em São Paulo ao longo do caminho histórico do Córrego da Água Preta, no bairro da Pompeia, mais especificamente na Vila Anglo Brasileira. Tradicional desde 2013, ele ocupa o sábado seguinte ao Carnaval com uma proposta sensorial ligada à água e à cidade.

O enfoque do bloco é a celebração poética e simbólica das águas, com repertório que traz à tona temas como rios voadores, rios submersos, enchentes, vazantes — tudo isso articulado a um desejo de uma cidade mais acolhedora, "carnavalizada" em sua relação com a água. Em 2024, por exemplo, o bloco lançou o single "Sombra e Água Preta (A Terra tá em transe)", marcando seu engajamento artístico com essas águas urbanas.

Nas redes sociais, o bloco se autodenomina "o bloco mais molhado de SP", reforçando sua conexão simbólica com a água e a brincadeira carnavalesca. Além disso, desde 2022, o Bloco do Água Preta "deságua" no Baile na Terra, um cortejo que se tornou parte da programação do festival, funcionando como uma abertura festiva e simbólica de caminhos. As marchinhas são criação coletiva e contam as histórias de um rio que gostaria de chegar ao mar.



2013

mutreta, mutreta mutreta, mutreta enterraram o Água Preta enterraram o Água Preta (bis)

enterraram o Água Preta cobriram com asfalto o bairro já esqueceu

hoje eu pulo na sarjeta e o povo canta alto "esse rio não morreu!"

se essa rua fosse minha eu mandava escavar liberava esse rio para o meu amor nadar (bis)

o córrego da Água Preta encontra com o Água Branca e juntos vão transbordando no rumo do Tietê

não faz careta põe a mão na maçaneta abre o portão vem pular no Água Preta 2015

Chamada dos Caboclinhos

Eu vou chamar caboclinho pra beira do rio Chama Araçariguama, chama Apinajé Chama Cotoxó, Tucuna, chama Caeté Chama todos os romano Chama as mina. chama os mano

Marcha

Tem muita água aqui em SP É a Sabesp que não sabe o que fazer Tem muita água aqui em SP É a Sabesp que não sabe captar O Água Preta vai cantar Pr'essa água aparecer

Tem água pra dedéu Além da água que cai do céu Água Espraiada, Água Rasa, Água Funda Só não tem água pra lavar a minha blusa

E o que virá, e o que virá Das profundezas do volume morto Metais pesados, carcaça de Chevrolet Mala sem alça, dinossauro, dentadura Com essa água não vou nem lavar meu pé

É claro que eu bebo cloro E encaro os coliformes fecais Ai, Água Preta Volume vivo de muitos carnavais 2020

Samba

Sereia tem, Exu também Eu e você no vai e vem Sereia tem, Exu também Orangotango até o além

tapioca transcendental pororoca no Carnaval

esse ano é rio acima piracema na clandestina

Marcha

Da Floresta da Amazônia vem chegando a chuva, carregando nuvens, sustentando o céu pra desaguar no mar

Sou água viva sou rio voador (bis) eu sou um beijo molhado de amor Vem me pegar nessa massa de ar Sou água ardente a te incendiar

A terra é redonda redonda redonda A gente é que é quadrado A terra é redonda redonda Tá tudo interligado

Abre a cabeça, tudo é natureza deixa o rio passar pro Água Preta transbordar gostoso, pelo rio acima o sertão vai virar mar

pro Água Preta transbordar gostoso, pelo rio acima Nhanderu no saravá

Pra adiar o fim do mundo Pra adiar o fim do mundo te encontro num segundo Na terceira margem do água preta 2024

Sombra e água preta

A Terra tá em transe transe, transe, transe, transe Pode ser que a gente dance dance, dance, dance

Agora não demora Agora é contratempo Amor é mar afora Amor é rio adentro

Eu quero sombra e Água Preta Nadar nas águas do planeta Eu quero sombra e Água Preta Garrá na raba do cometa

Deixa as águas rolar, pro céu não desabar Deixa as águas rolar....

Para! Temperatura subiu Péra! Bate com a bunda no rio Pirapora tá na hora Pula!



A embarcação que tece encontros pelo rio

bienalamazonias.org.br/ @bienalsobreasaguas

A Bienal das Amazônias sobre as águas é um convite para uma travessia única pelos rios da Amazônia. Um ferryboat de quatro andares transformado em centro cultural flutuante, concebido pelo artista boliviano Freddy Mamani com curadoria de Keyna Eleison, que navegou, em sua primeira etapa, por rios do Pará e Amazonas, conectando cultura, arte e comunidades ribeirinhas.

Freddy Mamani, pedreiro e arquiteto autodidata, ficou conhecido por popularizar a chamada "nova arquitetura andina" na Bolívia. No barco-obra, sua estética vibrante une geometria andina a uma paleta de cores da floresta e dos rios da Amazônia, criando um cenário visual imersivo que dialoga com a ancestralidade e o contemporâneo. Cada andar do barco carrega uma simbologia diversa, inspirados no conceito dos cholets de Mamani. Cholets - uma mistura das palavras "chalet", ou chalé, e "cholo", um termo frequentemente pejorativo que significa mestiço - é como são chamadas as construções de Mamani que fizeram de El Alto, na periferia de La Paz, Bolívia, um destino obrigatório para arquitetos e designers. Para ele, os cholets são espaços de convivência, e foi com essa premissa que ele projetou o ferryboat.



Artigo/ Bienal das Amazônias sobre as águas

Idealizado desde 2021, o projeto da Bienal das Amazônias sobre as águas foi lançado oficialmente em novembro de 2024, no Pier da Casa das Onze Janelas, em Belém do Pará. A embarcação permaneceu atracada na Escadinha do Cais do Porto, em Belém do Pará nos meses de fevereiro e março, funcionando como um centro cultural flutuante aberto ao público de quinta a domingo. A embarcação comporta até 250 visitantes e é operada por uma equipe de cerca de 30 profissionais, incluindo educadores, técnicos e produtores culturais. Após a temporada na capital paraense, seguiu em itinerância por cerca de cinco meses, visitando Marabá, Tucuruí, Santarém, Parintins, Manaus e diversos municípios ribeirinhos ao longo dos rios.

Mais do que se prestar à visitação, o barco se transforma em espaço de trocas e experimentações coletivas. O diálogo entre culturas é central: onde a iconografia indígena dos Andes encontra texturas amazônicas. Cada local em que aporta é cenário para visitas mediadas e oficinas criativas que promovem a convivência comunitária, como literatura, dança, fotografia e desenho. A embarcação simboliza não apenas mobilidade, mas pertencimentos compartilhados e a integração entre comunidades ribeirinhas por meio da arte, cultura e educação. Um gesto artístico e plural que navega e transforma.





Corpo presente nas retomadas

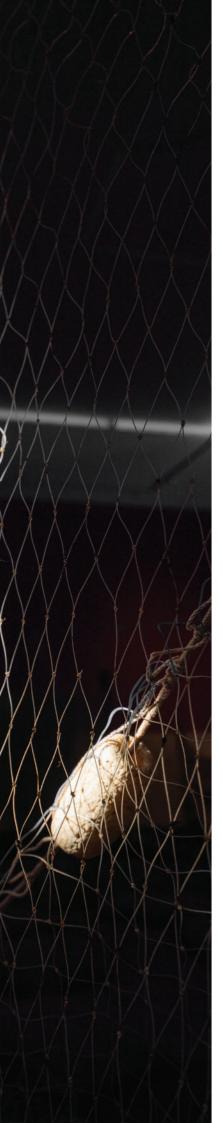
kaapuera.bienal.org.br

Na 60ª edição da Bienal de Veneza, o Pavilhão do Brasil recebeu o nome Hãhãwpuá. Na língua patxohã, "Hãhãw" significa "terra" ou "território ancestral"; e a palavra "Hãhãwpuá" é usada pelos Pataxós para se referirem ao território conhecido hoje como Brasil. Pela primeira vez, o pavilhão foi representado pelos artistas indígenas Glicéria Tupinambá, Olinda Tupinambá e Ziel Karapotó, com curadoria de outros três nomes indígenas: Arissana Pataxó, Denilson Baniwa e Gustavo Caboco Wapichana. O contexto global estava marcado por crises climáticas, retrocessos políticos e violência racial.

O pavilhão deixou de ser um espaço que fala sobre os povos indígenas para tornar-se um território onde eles mesmos narram suas histórias. O título da exposição Ka'a Pûera: nós somos pássaros que andam vem da palavra em tupi antigo (idioma tupinambá) ka'a pûera, ou capoeira, que significa a vegetação rasteira que nasce após a colheita, uma mata regenerada com grande variedade de plantas medicinais. Capoeira também designa uma pequena ave que caminha em bando dentro de densas florestas.

Essa metáfora, que representa a resistência e a renovação da floresta, permeia toda a mostra, composta por instalações, cantos, vídeos e objetos cerimoniais, entre eles o manto Tupinambá, uma peça histórica e espiritual que representa a identidade, a memória e a resistência deste povo.

O manto é um símbolo sagrado de conexão com o território e os antepassados.



Artigo/ Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza (2024)

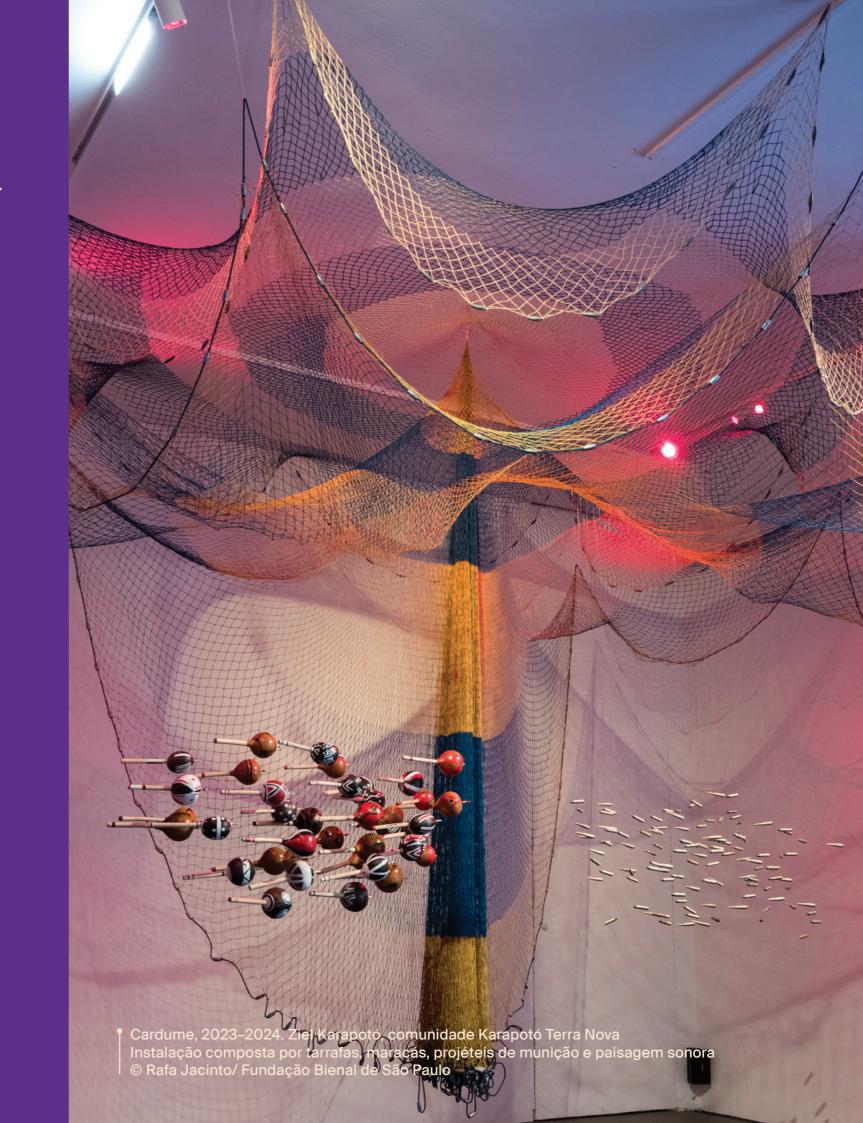
Sabe-se da existência de 11 mantos, que foram sequestrados por diferentes países durante o período colonial e distribuídos por instituições culturais pelo mundo. Essa violência fez com que os saberes que orientavam sua confecção fossem perdidos ao longo do tempo. Glicéria aprendeu as técnicas de confecção e tornou-se a primeira mulher a construir o artefato em mais de 400 anos.

A separação física dos mantos viola a cosmologia tupinambá, e a missão de Glicéria para a exposição era reuni-los, depois de três séculos separados. Em 2023, ela começou a negociar a repatriação do Manto Tupinambá que se encontrava no Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague. Quando a Bienal foi aberta, apenas dois mantos puderam ser expostos: o que foi devolvido pela Dinamarca e o manto confeccionado por Glicéria, sua família e a Comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro. Os entraves e recusas de instituições culturais de países do Norte Global, como França, Inglaterra, Alemanha e Portugal, foram escancarados nas paredes da exposição, que mostravam emails com as mais variadas desculpas para não devolver os mantos. Para representar essa ausência, maneguins vazios foram expostos ao lado do único manto recuperado e do manto contemporâneo.



O Pavilhão Hãhãwpuá narra uma história de resistência indígena no Brasil. das adaptações frente às urgências climáticas e do corpo presente nas retomadas

Arissana Pataxó, Denilson Baniwa e Gustavo Caboco Wapichana Curadores do Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza 2024





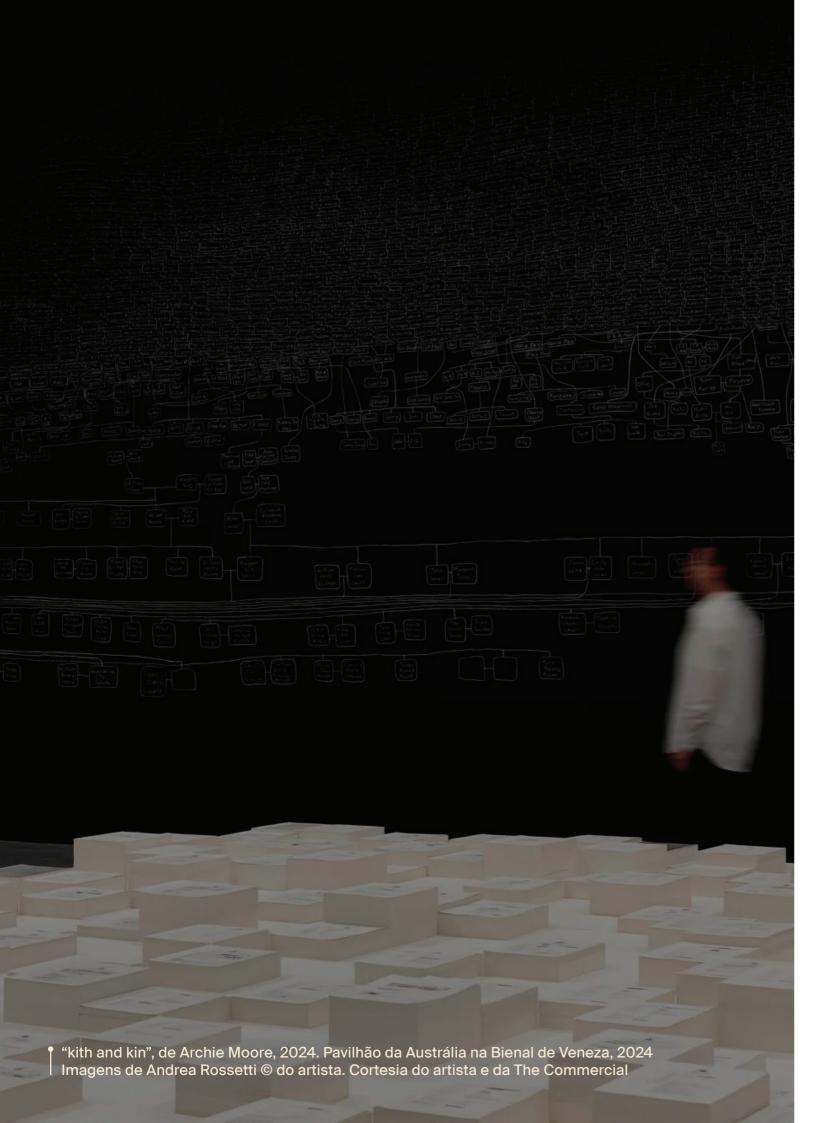
Artigo/ Pavilhão do Brasil na Bienal de Veneza (2024)

Tornar públicas as conversas que ainda orbitam em torno da lógica colonial evidencia que, mesmo com muitos discursos supostamente decoloniais nas academias e no ecossistema cultural, o Norte Global continua tratando os bens culturais indígenas como objetos para estudo ou exibição, ignorando seu valor espiritual e político para as comunidades.

Outra obra que reflete a luta contínua pelo direito de existir é a instalação que contrapõe balas e flechas, símbolos da violência histórica e contemporânea contra os povos indígenas. Flutuando no ar, as balas e flechas dão conta de materializar a repressão, o conflito armado e as ameaças constantes que as comunidades enfrentam em suas terras.

Os cantos cerimoniais, vídeos e objetos sagrados presentes na exposição ampliam as narrativas de resistência, ancestralidade e conexão com a terra. Essas obras oferecem um panorama diverso da experiência contemporânea dos povos originários e reúnem histórias e símbolos que atravessam o tempo e os territórios do Brasil, Terra Indígena.





Os arquivos das primeiras nações

kithandkin.me/@kithandkin_2024

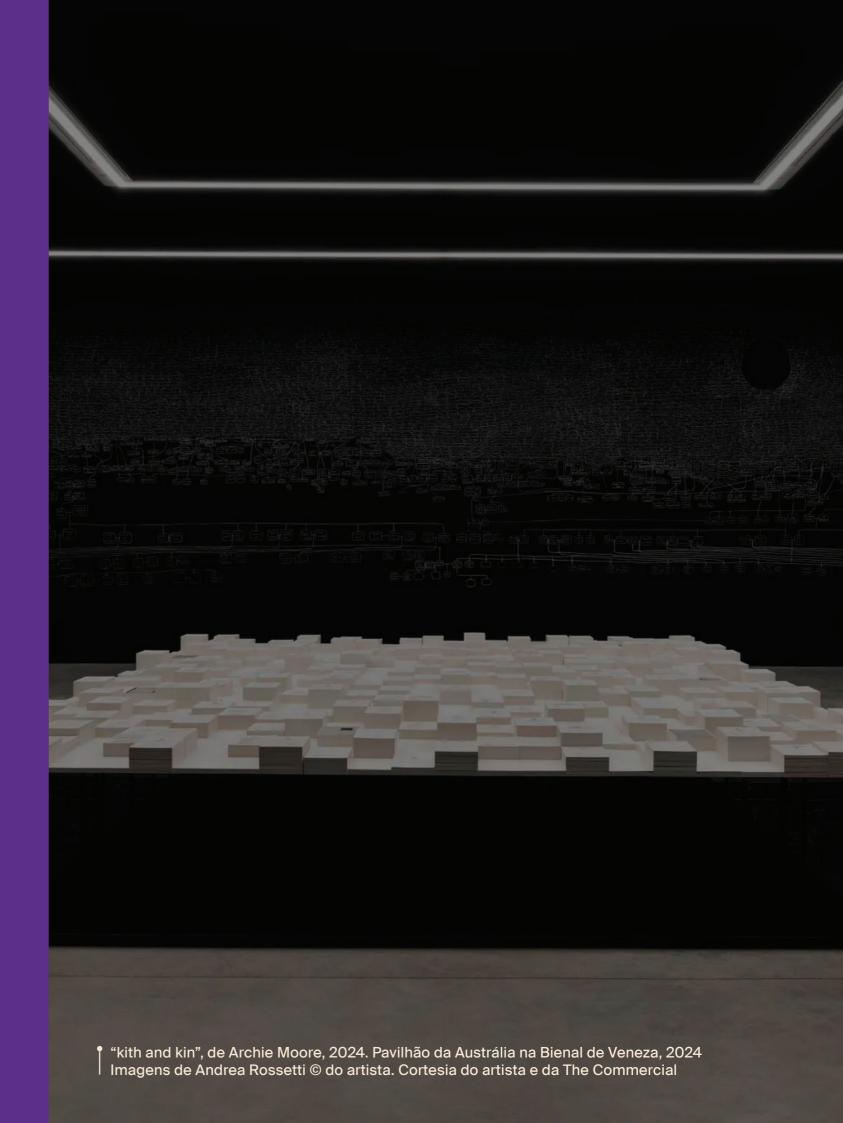
Na Bienal de Veneza 2024, o Pavilhão da Austrália apresentou a obra do artista indígena First Nations Archie Moore. Na Austrália, o termo First Nations é utilizado como referência aos povos indígenas australianos. A obra "kith and kin" (família e amigos) ganhou o Leão de Ouro de melhor participação nacional, algo inédito para um artista australiano.

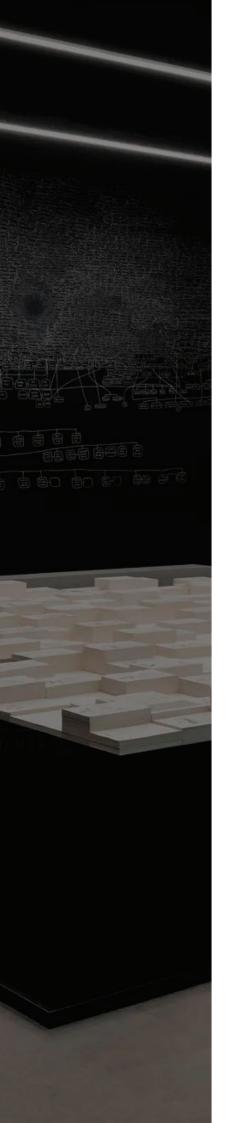
O Pavilhão da Austrália propôs um rito e exigiu reparação: uma árvore genealógica de 65 mil anos converteu o espaço em um memorial do tempo e do genocídio indígena. Paredes e teto negros foram cobertos de desenhos e escrita à mão, com giz branco, representando uma árvore genealógica das comunidades Kamilaroi e Bigambul. No chão, uma plataforma elevada cercada por um espelho d'água exibia pilhas de documentos judiciais e relatos oficiais sobre mais de 500 mortes de First Nations em custódia policial. A obra é uma denúncia contundente do encarceramento estrutural que persiste desde o sistema penal colonial na Austrália.

A potência estética de "kith and kin" reside justamente nessa tensão entre o efêmero giz frágil e vulnerável a qualquer toque, que pode apagar séculos de histórias, e a dor inscrita na ausência de cada galho em branco, sem nome, nessa grande árvore genealógica de mais de 2.400 gerações, em 65 mil anos. É uma construção de tempo quase inconcebível, que o júri premiou "por sua forte estética, seu lirismo e por invocar uma perda coletiva de um passado obstruído".

O

Ao nomear quem faz parte de sua história e apontar os mecanismos que perpetuam o sofrimento indígena, Moore transforma o espaço numa instância de escuta e reparação simbólica, que confronta o visitante e desafia o apagamento



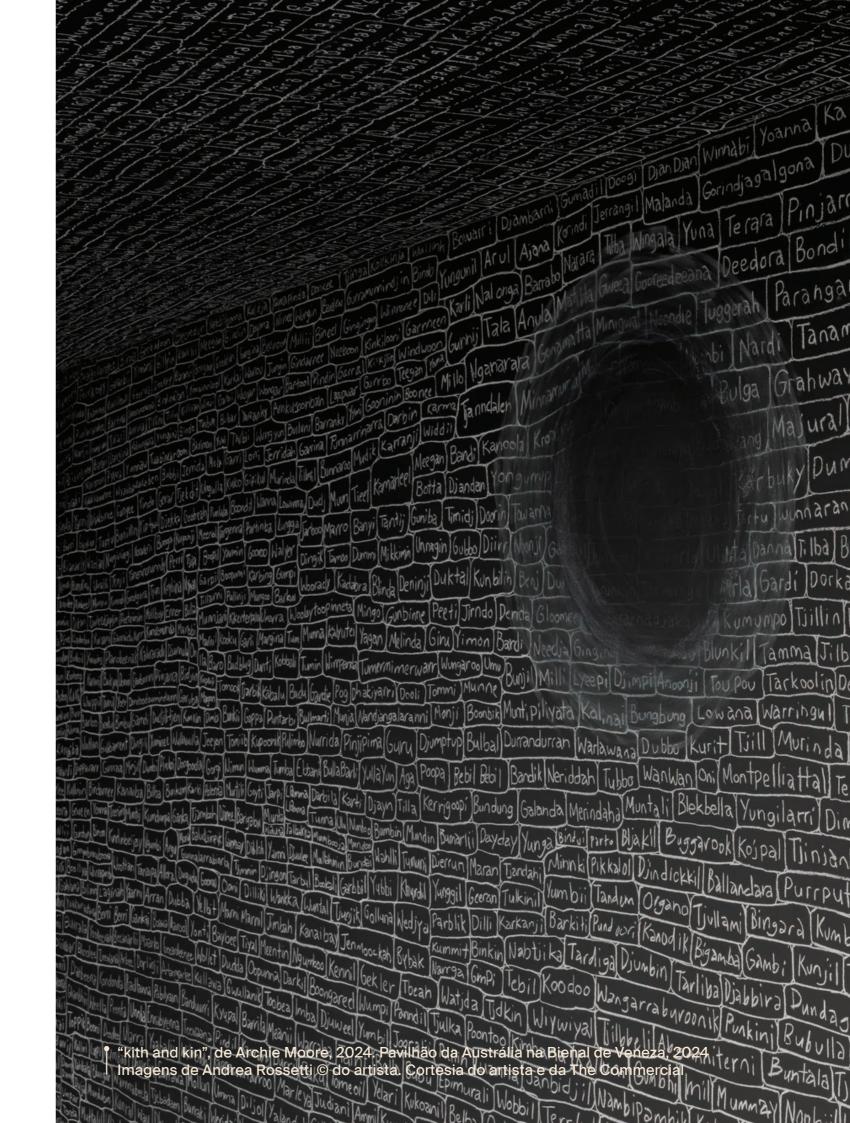


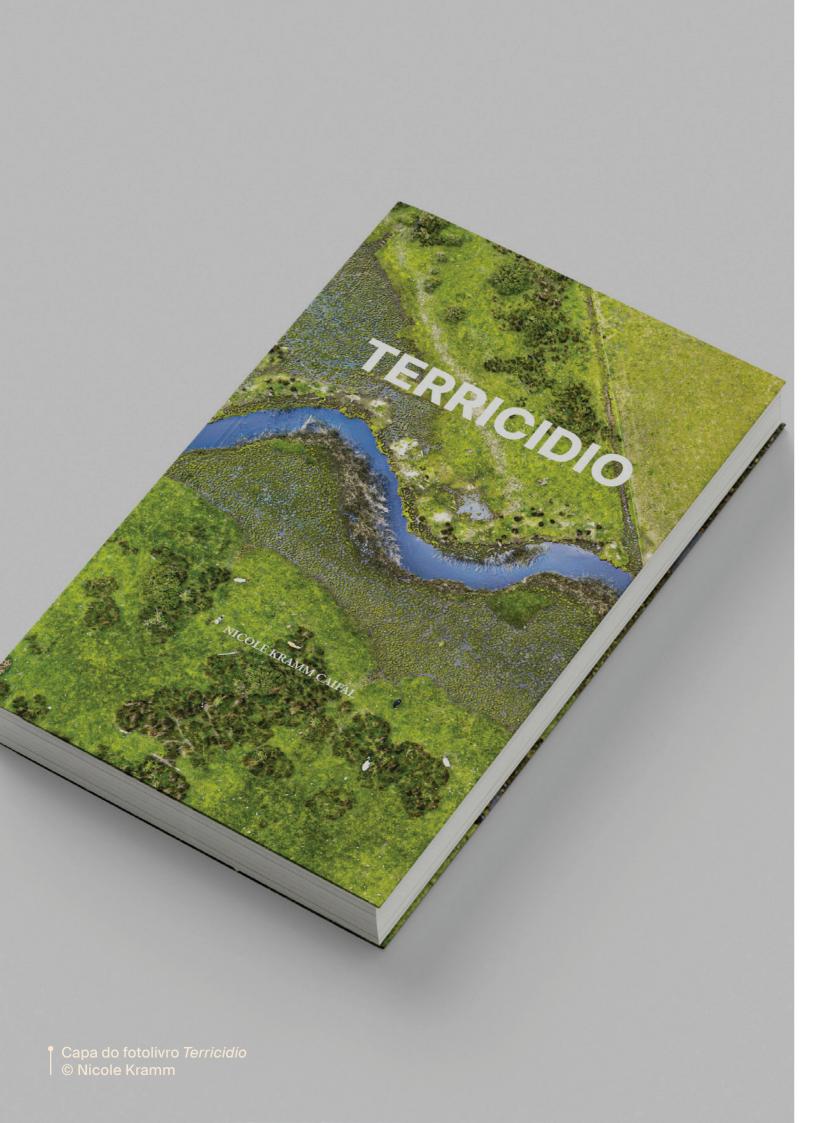
Artigo/ Pavilhão da Austrália na Bienal de Veneza (2024)

Moore explicou que sua genealogia construída à mão não é só sobre família ou sobre si mesmo, mas também sobre parentesco estendido à terra, aos elementos, aos seres: "o sistema de parentesco aborígene envolve todos os seres vivos como parte de uma rede maior - a terra como mentora ou mãe".

Mesmo com fila do lado de fora, o que se ouvia era o silêncio ensurdecedor do pavilhão. Alguns choravam, outros apenas contemplavam, mas todos sempre em profundo silêncio. A fragilidade do giz e a materialidade dos documentos atuavam em contraste: um traço que pode ser apagado num instante e provas concretas de um trauma colonial persistente.

Assim como no Pavilhão Hãhãwpuá, "kith and kin" mostrou que a arte indígena contemporânea é poesia política, capaz de congregar ancestralidade, denúncia de violência estatal e pertencimento, e apontar caminhos futuros que começam pela reparação.





A imagem como território de luta

nicolekramm.com/terricidio/@nicole_kramm

Terricídio, como define a ativista mapuche Moira Millán, é o assassinato sistemático da vida em todas as suas expressões: dos ecossistemas aos modos de vida indígena, da terra à espiritualidade. O fotolivro Terricidio, da fotógrafa chilena Nicole Kramm, é um manifesto visual contra apagamentos. O livro denuncia não só a devastação ambiental promovida por mega-projetos extrativistas em cinco regiões do Chile -La Araucanía, Los Ríos, Valparaíso, Coquimbo e Atacama –, mas também a sistemática aniquilação de culturas, espiritualidades e modos de vida originários.

Frente a esse cenário, Terricidio responde com uma combinação de fotografia documental, depoimentos, mapas, cadernos de campo e reflexões pessoais. A força do livro está também em sua forma: Terricidio foi desenvolvido para ser acessível a pessoas cegas e surdas. Uma obra pensada para o compartilhamento irrestrito de uma memória coletiva.

101

FEBRE#2 Set/2025



Artigo/ Terricidio

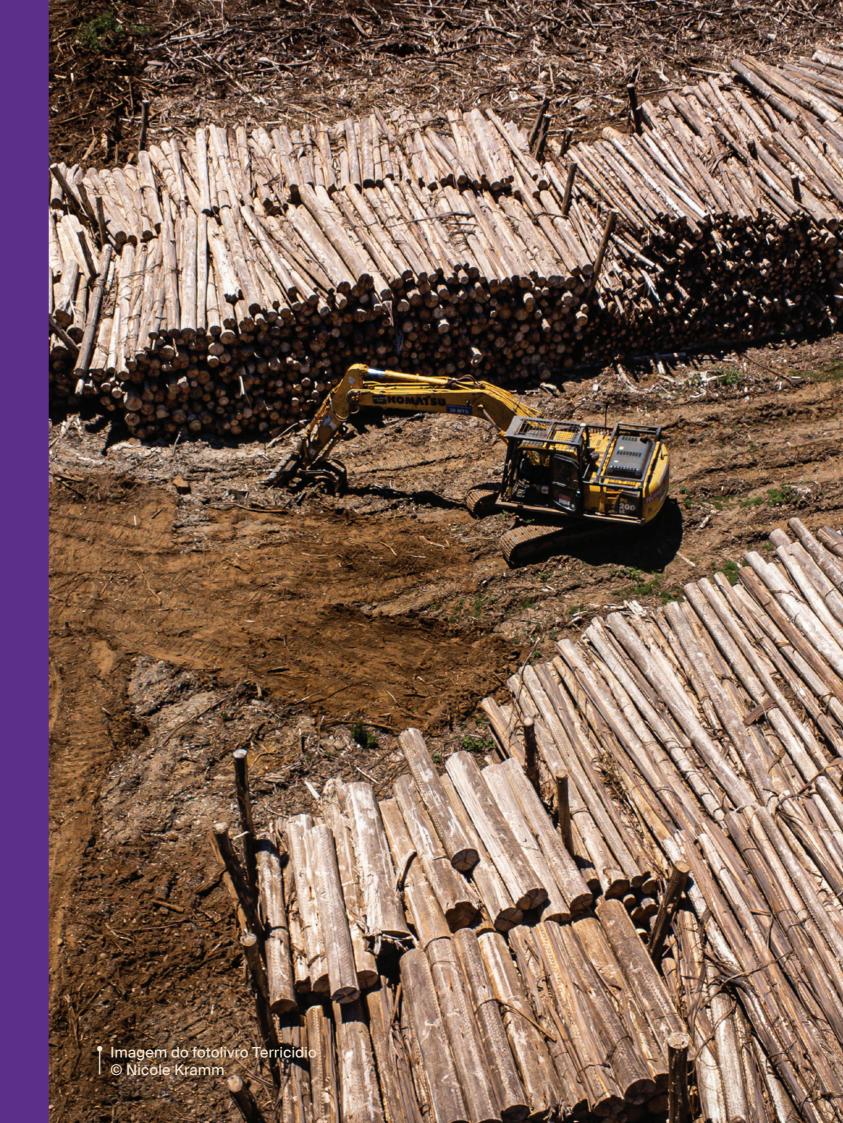
Ao longo do livro, terricidas são nomeados: empresários, políticos e autoridades cúmplices da destruição dos territórios indígenas. *Terricidio* não aponta para um inimigo abstrato, mas escancara a responsabilidade de figuras públicas, governos e corporações que lucram com o extermínio dos povos e da terra.

Os mapas do livro traçam uma cartografia trágica. A narrativa se expande do local ao global, revelando como o extrativismo opera em rede, amparado por políticas neoliberais, interesses transnacionais e velhas práticas coloniais.

O livro torna visível corpos-territórios que seguem resistindo, mesmo sob ameaça constante, e nomeia sem medo os atores de uma rede que atua pela aniquilação desses corpos. *Terricidio* conecta diretamente a justiça climática com a justiça colonial, registrando uma tragédia anunciada, na esperança de que um dia os povos se libertem da lógica capitalista colonial.



Terricidio sugere que não há separação entre emergência climática e violência colonial A destruição dos ecossistemas é parte central da lógica de exploração vigente





Quando o cinema regenera a terra e a imaginação

commongroundfilm.org/@commongroundfilm

Em tempos de emergência climática, o que pode um filme? Em Common Ground (Solo Comum), documentário dirigido por Joshua e Rebecca Tickell, lançado em 2023 como uma espécie de sequência espiritual do aclamado Kiss the Ground (2020), a resposta vem em um formato de jornada do herói, na qual o herói é o solo. No primeiro trabalho, o solo já era tratado como a base viva para o futuro da humanidade. Em Common Ground, a narrativa se aprofunda: a terra é, ao mesmo tempo, vítima e solução, e são as pessoas que trabalham com ela que revelam os caminhos de regeneração.

Narrado por vozes de atores americanos famosos e personalidades, como Laura Dern, Jason Momoa, Woody Harrelson, Rosario Dawson e Donald Glover, o documentário combina jornalismo investigativo com o poder das histórias pessoais. Ele escancara os impactos do modelo agrícola industrial estadunidense, mostrando como ele adoece não apenas o solo, mas também os corpos, as comunidades e a democracia.

0



Artigo/ Common Ground

Mas o que o filme faz de mais potente é oferecer uma saída que vem da terra. Através de experiências reais de agricultores diversos (brancos, negros e indígenas), *Common Ground* apresenta a agricultura regenerativa como uma resposta viável e urgente. Em vez de esgotar o solo, essa abordagem trabalha para restaurá-lo, promovendo biodiversidade, capturando carbono e fortalecendo economias locais.

A narrativa se estrutura como uma travessia do colapso à possibilidade, e é justamente nesse movimento que ele se conecta profundamente com a sociobioeconomia, uma proposta de economia que parte do território, dos saberes tradicionais e da relação entre natureza e bem viver.

A força desse tipo de produção cultural está em sua capacidade de contar histórias que tocam o coração e moldam o imaginário coletivo. Elas ajudam a romper com a falsa dicotomia entre natureza e economia, e revelam que há alternativas possíveis à crise climática. *Common Ground* termina com um convite à ação, mas também à imaginação. Se regenerar o solo é possível, também é possível regenerar nossos sistemas, nossas relações e nossos modos de vida.



VENCEDOR DOS PRÊMIOS OCEANOS E JABUTI

TORTO ARADO

ITAMAR VIEIRA JUNIOR mais de
850 mil
exemplares
vendidos



A palavra é um fio esticado entre o que somos e o que queremos ser

Publicado em 2019, Torto Arado tornou-se um marco da literatura brasileira contemporânea ao dar voz aos silêncios e sabedorias do Brasil profundo. Com uma linguagem ao mesmo tempo lírica e enraizada, Itamar Vieira Junior constrói, com as irmãs Belonísia e Bibiana, uma narrativa que fala de terra, dor e espiritualidade.

Logo no início, um acidente transforma a relação das duas irmãs: ao encontrar uma velha faca na mala da avó, Belonísia corta acidentalmente a língua, perdendo a fala. Bibiana passa então a ser sua voz no mundo. Esse acontecimento simbólico costura todo o livro e transforma o corpo numa metáfora do território: ferido, marcado, mas ainda assim vivo, resistente e sagrado.

A história se passa numa comunidade quilombola invisibilizada pelo Estado, onde os moradores vivem em regime de semi-escravidão. O livro é um testemunho de resistência: a luta das mulheres, o saber das benzedeiras, a oralidade como força política, o trabalho coletivo, os rituais – tudo aponta para um projeto de mundo onde a regeneração é possível, mesmo após séculos de violação.



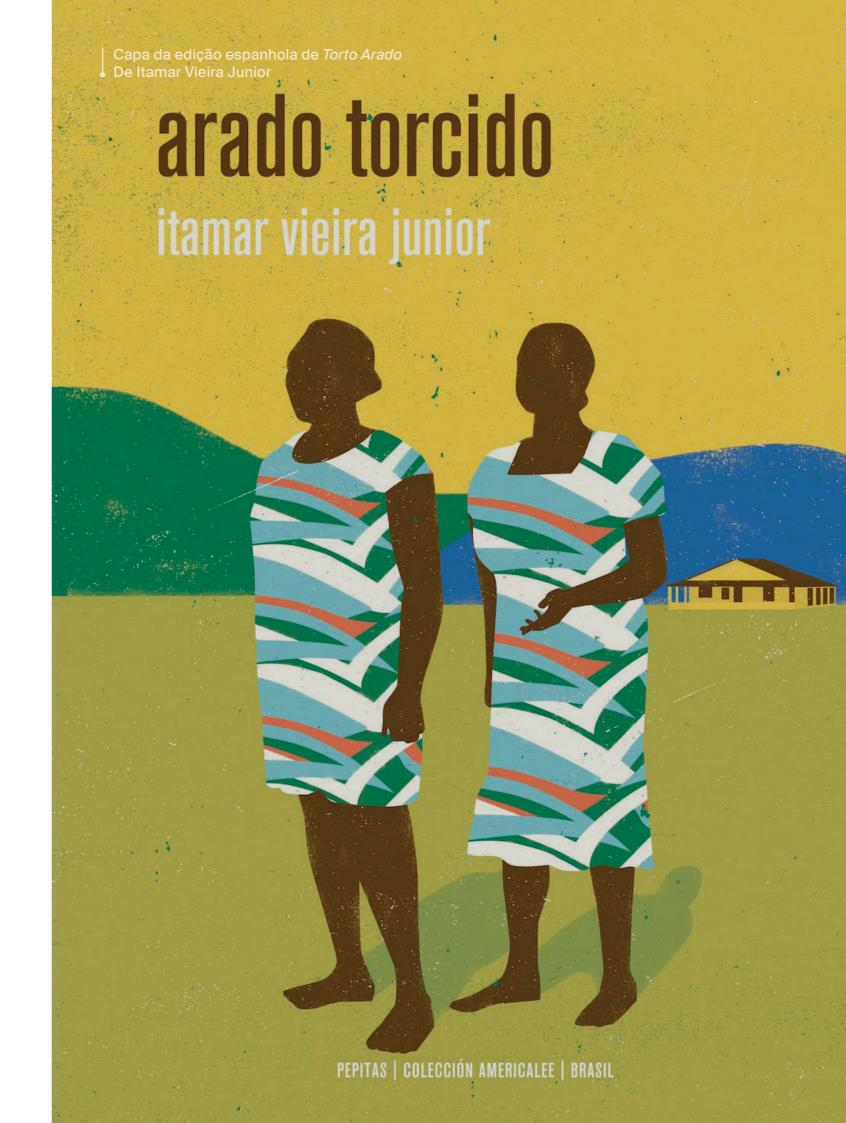


Artigo/ Torto Arado

A terra é a outra grande personagem do romance. Ela não é recurso, mas memória e futuro, onde estão enterrados os ancestrais e germinam as possibilidades de libertação.

A manifestação em ações concretas, como partilhar o alimento, manter viva a tradição das folhas, proteger as águas, enterrar os mortos com dignidade, segue a mesma lógica do cuidado, em que produção, cultura, espiritualidade e justiça caminham juntas.

Ao dar protagonismo a quem sempre foi silenciado, o livro rompe com a lógica colonial que separa natureza e gente. *Torto Arado* é literatura de reencantamento do mundo.





Piratas por um mar livre, limpo e gratuito

@mareliberonapoli

Em Nápoles, um coletivo desafia leis não cumpridas, portões fechados e monoculturas turísticas para devolver o mar a seu povo.

À primeira vista, parece uma ação lúdica: dezenas de pessoas se reúnem numa praia em Nápoles, algumas em trajes de banho, outras em caiaques. Juntas entram no mar como se estivessem apenas aproveitando o verão. Mas ali está em curso um gesto profundamente político. O comitê Mare Libero, Pulito e Gratuito (Mar Livre, Limpo e Gratuito) nasceu para lembrar algo que o poder público e o mercado preferem esquecer: o mar é um bem comum. E, por isso, não deveria ter catraca nem cerca.

Ativo há quatro anos, o coletivo é composto por diferentes grupos, movimentos e pessoas que se recusam a operar na lógica privatista que domina o acesso à muitas praias italianas. Nesta entrevista, integrantes explicam as polêmicas concessões privadas na Itália, e como constrói mobilizações criativas em defesa do acesso público e gratuito ao mar. E porque Nápoles, cidade que nasceu de uma sereia, vive hoje cercada de muros concretos e simbólicos.

0

FEBRE#2 Set/ 2025





Entrevista/ Mare Libero

FEBRE: Como nasceu o movimento Mare Libero? Mare Libero: Somos uma cidade conhecida mundialmente pelo mar. Basta ouvir as músicas napolitanas. Nápoles nasceu de uma sereia. Parthenope. O mar está na nossa mitologia, na nossa cultura, na nossa identidade. É absurdo que uma cidade que nasceu do mar não consiga acessá-lo. O mar foi retirado da cidade por interesses capitalistas. O porto ocupa uma área imensa, com algumas zonas industriais abandonadas desde os anos 1980. Por conta disso, a leste, o mar é poluído e não se pode tomar banho. E o pouco de mar limpo que resta é reservado à elite. Muitas praias que antes eram públicas foram completamente privatizadas. Os napolitanos agora têm que pagar para acessar algo que é de todos. Estamos lutando para que o mar volte a ser livre e limpo.

FEBRE: Como vocês constroem as ações e mobilizações?

Mare Libero: Organizamos banhos coletivos em praias ocupadas por concessões privadas. Chegamos em grupo e entramos. Às vezes, os donos dos bares e clubes tentam nos impedir. Já tivemos que abrir portões trancados. É por isso que dizemos que somos um pouco piratas. Ao mesmo tempo, fazemos um trabalho de mapeamento da costa: identificamos as praias públicas e privadas. Descobrimos que menos de cinco por cento das praias da costa napolitana são oficialmente livres e balneáveis, e mesmo essas estão sob regimes de número fechado, com reservas obrigatórias, uma prática adotada no pós-pandemia e que perdura até hoje.



pélo direito ao mar ao longo da costa de iradas em filme e reveladas em câmara istas do Mare Libero manifest gnoli, em Nápoles, em julho de 2025 scura pela própria autora, utilizando a locais onde as ações ocorreram © Flavia Bravetti

Entrevista/ Mare Libero

FEBRE: Mas a legislação italiana prevê a entrada livre em qualquer praia, certo?

Mare Libero: Sim. A lei prevê o acesso ao mar mesmo por meio de áreas concessionadas, porque todas as praias fazem parte do patrimônio público. Não existem praias privadas, só que a lei não é aplicada. O *lobby* das concessões é fortíssimo. Costumamos dizer que eles ditam as regras e nós as violamos para fazer valer a lei.

FEBRE: Como vocês financiam essas lutas?

Mare Libero: Com financiamento coletivo, eventos, arrecadações. Entramos com recursos legais contra a administração pública; cada um custa de quatro a cinco mil euros. Já vencemos alguns. Reabrimos uma praia cujo acesso estava fechado por um portão gerido por uma concessionária. Reivindicamos que as futuras concessões sejam apenas de serviços, como restaurantes, aluguel de cadeiras e guardasóis. O solo da praia precisa ser livre. Hoje em dia, os estabelecimentos colocam centenas de espreguiçadeiras e proíbem qualquer pessoa de entrar. Isso é ocupação irregular do espaço público.

FEBRE: Quantas pessoas participam dessas ações?

Mare Libero: Nunca menos de cinquenta. Em ações maiores, chegamos a centenas. E o mais bonito é ver que muita gente nova está chegando, não só ativistas. Já fizemos quatro documentários para canais de TV europeus, porque fora da Itália essa realidade é vista como um escândalo. Em termos nacionais, Nápoles é talvez a única grande cidade à beira-mar onde a gestão da costa não está nas mãos da prefeitura, mas da capitania dos portos. Queremos que a gestão passe para a administração municipal e que o novo plano costeiro seja escrito de forma participativa.



FEBRE#2 Set/ 2025



Entrevista/ Mare Libero

FEBRE: Se é direito garantido, por que as pessoas simplesmente não ocupam as praias?

Mare Libero: Muita gente não conhece a lei. Quando vamos em grupo, com pressão pública, até a polícia reconhece o direito, e os concessionários cedem. Mas se uma pessoa vai sozinha com a família, fica à mercê de portões, vigilantes e preços altíssimos. Já tivemos que derrubar portões ilegais, passando a responder judicialmente por isso. As descidas mais bonitas ao mar estão bloqueadas por condomínios privados.

Também queremos criar um observatório do litoral que leve essas denúncias diretamente à prefeitura.

FEBRE: Vocês também apostam em ações criativas. Qual o impacto dessas intervenções mais lúdicas? Mare Libero: Fizemos uma intervenção transformando a frente da prefeitura em uma praia: rede de vôlei, guarda-sóis, tudo. É uma forma simbólica e cênica de contar nossa história. O mar é essencial para o bemestar físico e emocional. Lutamos para que as futuras gerações possam vivê-lo de forma natural.

FEBRE: Como o turismo de massa afeta essa luta por um mar livre?

Mare Libero: O turismo virou uma monocultura que devora tudo. Nápoles está se tornando uma cidade sem identidade. Tudo é encenado. Até as roupas penduradas nos becos são cenográficas, postas ali para turista ver. Os aluguéis subiram, os moradores estão sendo expulsos. É uma cidade-vitrine, onde nada é autêntico. Mas nós queremos uma cidade pulsante e viva. Começamos com o mar, mas os desafios são muitos. Talvez a pandemia tenha sido a forma de o planeta dizer: "vamos parar". Não dá mais pra seguir com essa lógica predatória. Temos que nos reconectar com o que importa.



Somos a humanidade, além das nações, além das fronteiras. Somos parte do ecossistema, com tudo que nos cerca.

E se o mar é um símbolo, é porque ele continua dizendo: esse corpo é de todos



Instalação audiovisual imersiva "Attorno a noi il mare" (Ao nosso redor, o mar), de Katharina Ziemke e Mélodie Richard, realizada durante residência de janeiro a março de 2025 no Kultur Ensemble Palermo, Instituto Cultural Franco-Alemão, e residência artística, em colaboração com a Fundação Sant'Elia e a Estação Zoológica Anton Dohrn - Centro Marítimo da Sicília, Itália © Katharina Ziemke

Paisagens em estado de alerta

katharinaziemke.com/@katharina_ziemke

A artista visual Katharina Ziemke constrói paisagens inquietas. Nascida na Alemanha, ela vem desenvolvendo obras que atravessam fronteiras entre arte e ciência. Após colaborar com pesquisadores da Universidade Humboldt, em Berlim, em um projeto sobre tempestades e mudanças climáticas, Ziemke participou de uma residência no Instituto Goethe de Palermo.

Conversamos com a artista em meio aos preparativos da instalação audiovisual imersiva, resultado da residência, em parceria com a atriz e musicista Mélodie Richard. Trata-se de uma paisagem sonora feita a partir de vozes de cientistas, pescadores e refugiados. Todos, de algum modo, habitantes de um Mediterrâneo em crise.

FEBRE: Você está em residência em Palermo. Pode contar um pouco sobre seu atual projeto? Katharina Ziemke: Estou trabalhando com um grupo de biólogos marinhos da Estação Zoológica Anton Dohrn, especialistas em biodiversidade, habitats e espécies invasoras. Tenho entrevistado alguns deles; depois, as vozes desses cientistas farão parte de uma instalação multicanal imersiva a ser exibida no Kultur Ensemble Palermo. A ideia é usar a poesia e a beleza para tratar de problemas sérios. O trabalho sonoro será uma colagem com entrevistas dos cientistas, um processo de escuta e composição, e também trechos de pesquisas sobre a história da Sicília e sua relação com o mar. Entrevistei pescadores, mas também quero conversar com alguém que trabalha com refugiados. Mesmo que não seja diretamente sobre mudanças climáticas, tudo está ligado. O projeto é sobre o mar Mediterrâneo, e ele também é uma questão política.

Entre pinceladas è colagens sonoras, Katharina Ziemke transforma ciência em poesia para falar das urgências do nosso tempo





Entrevista/ Katharina Ziemke

FEBRE: Como você se sente, como artista, neste momento de emergência climática?

Katharina Ziemke: É muito desafiador politicamente, sobretudo aqui na Europa. Há tantas mudanças acontecendo, guerra e ascensão de governos de extrema-direita que não querem fazer nada.

Além do Trump, há muitas pessoas negando a mudança climática. É assustador. Por isso, mais do que nunca, é importante trabalhar com esse tema.

FEBRE: Qual o papel da arte e da comunicação criativa nesse contexto?

Katharina Ziemke: Quando entrevisto cientistas, digo a eles: "Não se preocupem em simplificar. Apenas falem como se estivessem pensando em voz alta".

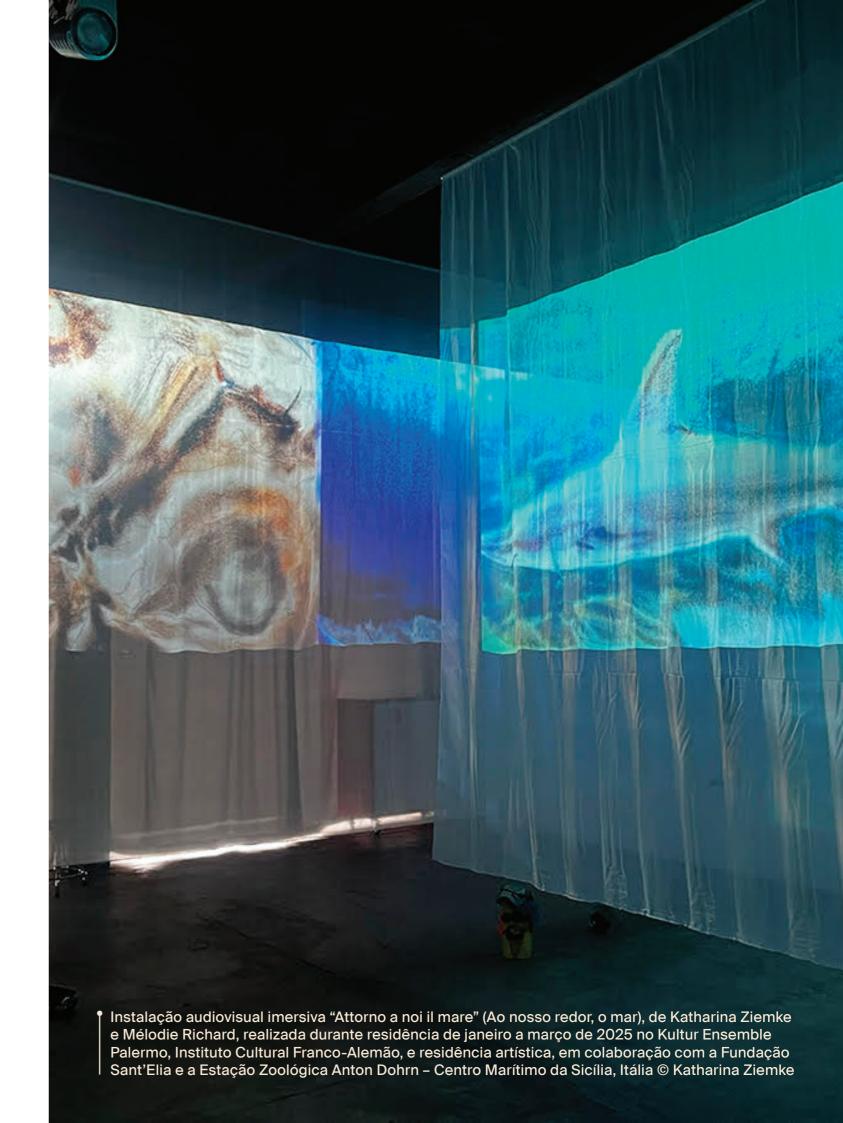
Acho importante mostrar que as questões são complexas, que não existem soluções fáceis.

A arte pode ser paradoxal, ambígua, e tudo bem.

Estamos vivendo uma narrativa difícil, e a arte precisa refletir isso.

FEBRE: Você acredita que os artistas têm um papel político nos tempos em que vivemos?

Katharina Ziemke: A sociedade nos dá uma plataforma. Isso nos move e nos responsabiliza. É preciso estar à altura disso.





Navegando pela humanidade

mediterranearescue.org/@mediterranearescue

Em 2018, diante do silêncio cúmplice dos governos e da escalada de mortes de imigrantes no mar, um grupo de cidadãos italianos decidiu que não dava mais para esperar. Foi da indignação que nasceu o Mediterranea Saving Humans (Mediterrânea Salvando Humanos), uma plataforma da sociedade civil de resgate no Mar Mediterrâneo, que até hoje tem o único barco com bandeira italiana.

Unindo suas forças, compraram um navio, batizado de Mare Jonio, e se lançaram ao mar. Hoje, o grupo realiza missões de resgate, de apoio a refugiados na Ucrânia e de interposição não violenta na Cisjordânia e Palestina. Sua atuação vai do mar à terra, dos portos à política. E sua missão é clara: nenhum corpo deve ser descartável, nenhuma fronteira vale mais do que uma vida.

Na conversa que aconteceu durante um Dia de Barco Aberto (Open Day) em Nápoles, onde o navio recebeu visitantes curiosos sobre a rotina de trabalho no Mar Jônio, Francesca Manfredi, ativista voluntária do Mediterranea, explicou como funciona o trabalho de ação emergencial e o combate ao racismo estrutural que permeia o imaginário europeu.

FEBRE: Como nasceu o Mediterranea?

Mediterranea: Como resposta direta às mortes no mar

Mediterrâneo e à inação dos governos. Fizemos nosso
primeiro resgate em 2018, cinco anos após o massacre
de Lampedusa, cuja ausência de ação causou a
morte de mais de 360 imigrantes a poucos metros
da ilha no sul da Itália. Com o tempo, nos tornamos
uma associação estruturada. Hoje, atuamos em várias
frentes: missões marítimas com o barco Mare Jonio,
missões terrestres em zonas de conflito, e acões nos

0



Entrevista/ Mediterranea

territórios italianos para sensibilização, mobilização e educação antirracista. Nos organizamos por núcleos territoriais. Em cada região da Itália, há equipes que trabalham com informação, acolhimento, organização de eventos e desconstrução do racismo estrutural. Também realizamos missões fora do mar. Com a guerra na Ucrânia, criamos o projeto Safe Passage (Passagem Segura) e conseguimos trazer mais de trezentas pessoas para a Itália em segurança. Hoje, temos uma equipe que faz atendimentos médicos e psicológicos em campos de refugiados no país. Desde o verão passado, também atuamos na Cisjordânia com uma presença constante de interposição não violenta.

FEBRE: Como o trabalho de vocês constrói uma narrativa antirracista?

Mediterranea: Contamos histórias –nossas e das pessoas que resgatamos. Levamos vídeos, relatos, organizamos encontros com sobreviventes, muitos dos quais vivem na Itália até hoje. Acreditamos que o testemunho direto tem um poder que a retórica não alcança. Também colaboramos com o movimento *Refugees in Libya* (Refugiados na Líbia), que denuncia a violência sofrida por migrantes presos naquele país. Nossa comunicação nos eventos, no site e nas redes sociais parte do princípio de que não estamos lidando com estatísticas, mas com vidas concretas. Com histórias que rompem o imaginário racista que ainda domina a opinião pública.

FEBRE: Qual é a reação das pessoas ao trabalho do Mediterranea?

Mediterranea: Não é sempre fácil. O racismo está presente, muitas vezes de forma sutil, estrutural. Mas ao longo dos anos vimos crescer o apoio. Aos poucos, as pessoas se reconhecem nessa luta.



A esperança existe - caso contrário, não estaríamos aqui. Ela vive nesse movimento continuo entre salvar vidas no mar e transformar consciências em terra firme



De Gaza à COP30: o grito por justiça climática

A Flotilha da Liberdade é uma missão internacional de solidariedade que, desde 2010, tenta romper o bloqueio imposto a Gaza.

Sua mais recente expedição ganhou repercussão global em 2025, quando ativistas de diversos países, entre eles Greta Thunberg e o brasileiro Thiago Ávila, uniram denúncia política e ação simbólica para levar ajuda humanitária e expor a violência do cerco israelense.

A iniciativa aliou a luta pelo fim do genocídio palestino à pauta da justiça climática, sempre lembrando que não há futuro possível em um planeta marcado por guerras, ocupações e destruição de territórios. Ao se dirigir à COP30, em Belém do Pará, a missão inscreveu a Palestina no centro do debate ambiental global, denunciando não só a necropolítica da guerra, como também o racismo ambiental e o extrativismo que sustentam crises simultâneas.

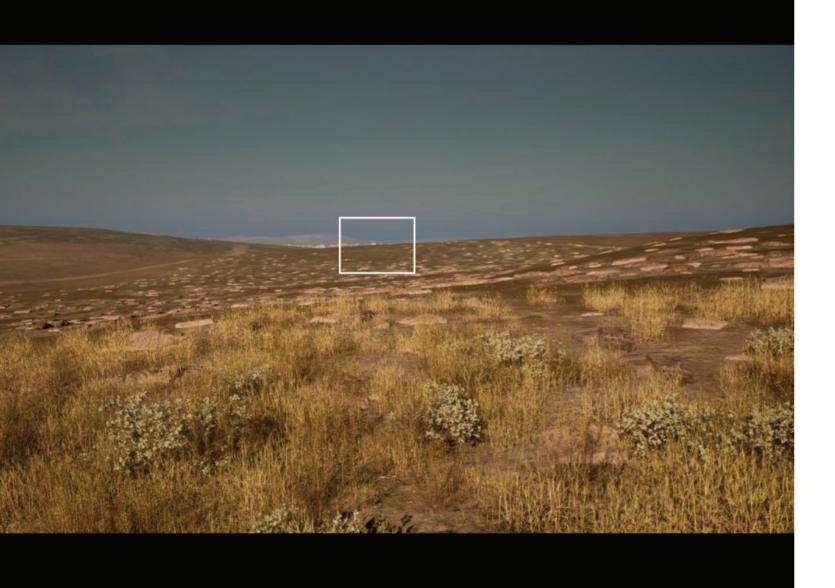
A missão humanitária a Gaza, que teve a participação do brasileiro Thiago Ávila, escancara: a ONU que falha na Palestina é a mesma que fracassa no clima. A travessia culminou com forte repressão – barcos interceptados, prisões e bloqueios –, mas também com a vitória simbólica de ter colocado Gaza e o direito à vida no radar da mobilização climática internacional. Ao transformar o Mediterrâneo em palco de resistência, a Flotilha da Liberdade mostrou que a luta pelo clima é inseparável da luta contra a guerra, o colonialismo e a injustiça.

Greta, Gaza e a COP30

A guerra em Gaza – ou melhor, o massacre do povo palestino - já foi alvo de diversas resoluções da Assembleia Geral da ONU. Em junho de 2025, uma resolução no Conselho de Segurança pelo cessarfogo imediato e incondicional foi aprovada por 14 países, mas vetada pelos Estados Unidos, o único voto contrário. Essa é a mesma ONU, com a mesma estrutura institucional, que se reúne anualmente para negociar os termos do combate à crise climática. Se não somos capazes, enquanto comunidade internacional, de cessar uma guerra localizada que, segundo a Unicef, já matou ou feriu mais de 50 mil crianças, como esperamos alcançar consensos eficazes para enfrentar o colapso climático global? Não há fronteira possível entre o direito de existir de uma criança palestina e o de uma criança ribeirinha que verá sua comunidade desaparecer diante da crise climática.

Tudo está interligado. O sistema que permite a continuidade de guerras e genocídios é o mesmo que permite a continuidade da exploração predatória dos recursos naturais, da destruição das florestas, do racismo ambiental e das desigualdades, incluindo a climática. Salvar Gaza é reafirmar que o mundo ainda pode, sim, tomar decisões coletivas em nome da vida. O barco Madleen foi muito mais do que um gesto humanitário. É um manifesto global por paz e justiça climática.

Leia o artigo na íntegrax





Arquitetura da memória pela verdade

forensic-architecture.org/@forensicarchitecture

Em 29 de outubro de 1948, tropas israelenses invadiram a aldeia palestina de al-Dawayima, dando início ao episódio que ficou conhecido como o massacre de al-Dawayima. Sobreviventes relatam que o número de mortos varia entre 50 e 100, incluindo homens, mulheres e crianças. O cenário era devastador: os corpos foram encontrados dentro de uma caverna, executados a tiros ou com golpes na cabeça.

Setenta e cinco anos depois, o grupo multidisciplinar de pesquisa Forensic Architecture (Arquitetura Forense), fundado na Goldsmiths (Universidade de Londres), busca novas maneiras de trazer à luz violações de direitos humanos e crimes de Estado. Entrelaçando análises independentes, arquitetura da informação e a própria memória das vítimas, o grupo cria evidências que ganham voz em tribunais internacionais e outras instâncias legais, reconhecendo e nomeando os abusadores. O trabalho com reconstruções digitais em Gaza, por exemplo, tem sido utilizado como parte das evidências em investigações oficiais, incluindo aquelas vinculadas à Corte Penal Internacional.

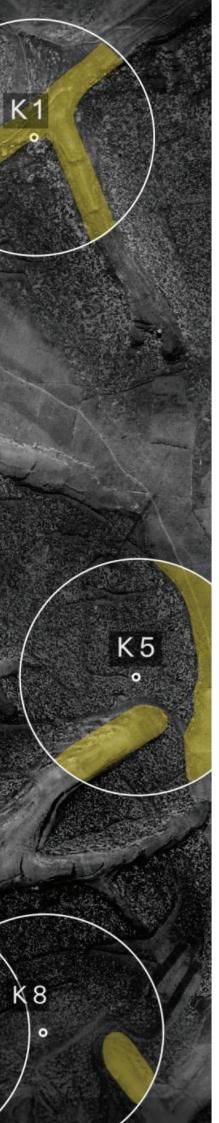
Ao mesmo tempo, os trabalhos do grupo circulam em exposições e projetos culturais, ampliando o alcance dessas histórias urgentes. A prática remete a uma arqueologia do agora: onde faltam respostas do Estado, eles levantam informações na forma de mapas, maquetes e modelos digitais.

Utilizando ferramentas que vão da modelagem 3D à análise de sombra, passando por geolocalização e regressão cartográfica com imagens aéreas de 1945,

)

9 FEBRE#2 Set/2025





Artigo/ Forensic Architecture

Forensic Architecture recriou digitalmente o percurso do massacre. A cena é reconstituída com precisão espacial e temporal, mas é também um campo sensível, em que os dados se tornam testemunhas.

Entre os métodos mais arrojados está o testemunho situado: sobreviventes e descendentes são convidados a narrar suas memórias dentro de maquetes físicas ou ambientes virtuais que reproduzem os espaços do trauma. Em vez de apenas relatar, eles o reencenam espacialmente, ativando lembranças específicas e tornando-o visível em sua dimensão mais concreta.

Outro recurso poético e preciso são os memory maps (mapas da memória), desenhos feitos por quem viveu ali, onde casas, ruas e cavernas são reerguidas a partir da memória. Essas cartografias afetivas foram sobrepostas a imagens aéreas da época. Surpreendentemente, os traços coincidiram com notável precisão. A memória, tantas vezes deslegitimada, revelou-se método. Quando combinada à tridimensionalidade dos modelos, ela não apenas reconstrói o crime, ela restitui a existência.

A metodologia do grupo é um gesto de insurgência documental. Um arquivo é construído para devolver nome, corpo e território a um povo sistematicamente apagado. Em tempos de polarização, em que a disputa pelo discurso se sobrepõe à escuta, métodos como esses oferecem outro caminho. Ao se apoiarem em evidências verificáveis, os trabalhos do Forensic Architecture rompem o ruído ideológico.

A justiça, antes de ser proclamada, precisa ser palpável. O testemunho exige escuta, tempo e, sobretudo, coragem para lembrar o que tantos tentam apagar.



Forensic Architecture reconstrói o massacre de 1948 em al-Dawayima e desafia o apagamento da memória palestina





A voz que atravessa muros

eduardocastaldo.com/@eduardo.castaldo

Entre as ruínas de Gaza e os muros de Nápoles, Eduardo Castaldo transformou sua câmera em mural. Fotojornalista premiado, ele abandonou a grande imprensa para cumprir um pacto com as pessoas que conheceu e fotografou, os quais não quis transformar em mercadoria. Nesta entrevista, ele fala sobre sua virada ética e os cruzamentos entre arte de rua, justiça climática e decolonização.

FEBRE: Você deixou uma carreira de sucesso no fotojornalismo para se dedicar à arte urbana e ao ativismo. O que o levou a esse ponto de inflexão? Eduardo Castaldo: Ganhei um World Press Photo em 2012, publiquei em revistas importantes, mas sempre me senti desconfortável ao fazer fotojornalismo, principalmente em um lugar como o Oriente Médio. Fotografei pessoas em condição de sofrimento, mas sentia que estava usando meu privilégio europeu e branco para vender aquelas imagens e fazer parte de uma narrativa com a qual não concordava. As pessoas que eu fotografava me davam algo precioso, e tudo o que eu podia oferecer em troca era uma promessa: "um dia, vou levantar sua voz". Mas a mídia não permitia isso. Então, parei. Comecei a usar e transformar essas imagens nas ruas, nos muros da minha cidade. Ali, sim, eu podia finalmente cumprir essa promessa.

Não é sobre mudar o mundo inteiro. E sobre fazer alguém não se sentir sozinho. Isso também é político. A arte exige verdade





Entrevista/ Eduardo Castaldo

FEBRE: Como essa experiência se conecta com a luta climática?

Eduardo Castaldo: Tudo está conectado. Não faz sentido falar sobre justiça climática sem falar sobre colonialismo. A Palestina é uma questão ambiental também. É terra, é acesso à água, é território ocupado. E o colonialismo não acontece só lá. Está nas nossas cidades, nas nossas mídias, na forma como pensamos. Combater isso com murais na minha cidade é uma forma de trabalhar contra a colonização em todos os lugares.

FEBRE: E como a arte entra nessa batalha?

Eduardo Castaldo: A arte foi, no começo, um alívio pra minha dor. Mas virou ferramenta de resistência.

Não dá pra colonizar a arte verdadeira. E quando um jovem palestino me escreve dizendo "você aqueceu meu coração", eu sei que fiz algo certo.

FEBRE: Onde você encontra esperança?

Eduardo Castaldo: Nos meus filhos. Não posso ensinar a eles que a saída é se calar. Fiz promessas a quem fotografei e estou tentando cumpri-las.





Sem um planeta, todo o resto é inútil

igorscalisipalminteri.it/@igorscalisipalminteri

Nas periferias de Palermo, o artista de rua Igor Scalisi Palminteri retrata as minorias que parecem não caber na agenda do poder. Igor encontrou na sua cidade o cenário e o sentido do seu trabalho: pintar as fraturas da sociedade em muros e dar forma às minorias invisíveis. Nesta conversa, Igor, nascido e criado na Sicília, fala sobre a indiferença diante do colapso ecológico, o papel coletivo da arte e por que pintar uma garrafa de plástico gigante como se fosse um iceberg denuncia a crise global do clima.

FEBRE: Quais temas estão no centro do seu trabalho, atualmente?

Igor Scalisi Palminteri: Acho que tudo cabe em uma palavra: minoria. Gente, bichos, pedaços do mundo que não interessam ao sistema porque não dão lucro, não fazem número, não têm *lobby*. As minorias são frágeis. E é por isso que eu pinto por elas.

FEBRE: Vamos falar daquele seu mural que nos impactou profundamente, feito em colaboração com outro artista, o Chekos?

Igor Scalisi Palminteri: Fomos convidados por uma empresa de energia para tratar das mudanças climáticas. A imagem tem um mar, uma linha do horizonte e, flutuando, uma garrafa de plástico enorme, que à primeira vista parece um iceberg. Apoiados nela, dois ursos brancos: um adulto e um filhote. Em cima, uma frase flutua: "Não se preocupe."

0

FEBRE#2 Set/ 2025





Entrevista/ Igor Scalisi Palminteri

Não se sabe quem se dirige a quem; se o filhote consola o adulto, ou o contrário. Essa incerteza é parte da mensagem. Tentamos sintetizar, numa só imagem, o colapso ambiental: o derretimento das calotas polares, a poluição plástica, a negação dos poderosos. Porque os donos do mundo nunca vão admitir o que os cientistas dizem. Seria como se um padre tivesse que dizer que Deus não existe. Eles não vão renunciar ao deus deles: o dinheiro, o poder.

FEBRE: Como o público reage a esse mural?
Igor Scalisi Palminteri: Sinceramente? Foi um dos
trabalhos menos considerados. Talvez porque esteja
numa zona isolada, um pouco fora da rota. Tem uma
feira ali perto, então pensei: vamos ver se alguém
repara. Mas ninguém olhava. Acho que o tema parece
distante demais. Um urso branco? Uma geleira?
Isso não fala diretamente com quem está lutando para
pagar o aluguel. Só que essa distância é ilusória.
O que acontece nos polos afeta o mar, que está a
cem metros da gente. Mas é como se as pessoas não
conseguissem fazer essa conexão. E aí volto àquela
frase: sem um planeta, todo o resto é inútil.

FEBRE: Como você vê os recentes protestos climáticos que atacam obras de arte?

Igor Scalisi Palminteri: Amo. Eles agem nas obras icônicas, que estão protegidas por cinco camadas de vidro. Não quebram nada, só o silêncio. Quando você quer ser visto, quer ser escutado, tem que dar um passo ousado. Algo entre a violência e a não violência. Mas o mundo moralista olha só pra ação, e não para o que ela indica. É como aquele ditado: você aponta a lua, e o estúpido olha o dedo. A sociedade finge que destruíram uma obra. Mas então pergunto: como é que alguém se preocupa com um quadro e não com o planeta?



ECCE HOMO Mural "Ecce Homo", de Igor Scalisi Palminteri, em Palermo, Itália, 2021. Nas escrituras sagradas, a frase "Ecce Homo" (Eis o Homem, em latim) é atribuída a Pôno itos, quando apresentou Jesus Cristo flagelado e coroado de espinhos à multidão © Sandro Scalia

Entrevista/ Igor Scalisi Palminteri

FEBRE: Qual o papel da arte diante dessa crise?
Igor Scalisi Palminteri: O artista não pode agir sozinho.
Mesmo que tenha uma ideia genial, uma performance incrível, uma pintura extraordinária, isso não basta.
A gente precisa aprender a atuar em rede. Com associações, coletivos, fundações. Com quem também se importa, está no mesmo barco. Isso é difícil, porque exige menos ego e mais colaboração. Só agindo coletivamente a gente pode ser incisivo. Toda mudança concreta — como parar de produzir plástico, abandonar combustíveis fósseis — começa com um pensamento novo. E o papel da arte é ajudar a transformar esse pensamento.

FEBRE: Existe um mural de sua autoria que represente tudo isso?

Igor Scalisi Palminteri: Sim. O mais importante que já fiz se chama Ecce Homo. É um garoto sentado num trono de rei. Ele tem uma coroa de papelão, uma capa vermelha, uma corda amarrando os pés. Carrega um cabrito no colo. Ele olha pra você. Esse menino representa as crianças da nossa cidade e de tantas cidades pobres do mundo. Pés amarrados, sem futuro. Mas com dignidade. Eles são os verdadeiros reis, só que tudo é de mentira. A coroa, o poder, a esperança. Pode parecer pessimista, mas é só a verdade. E a arte precisa parar de negar o que está ao redor.



Repensando o Apocalipse: Um Manifesto Antifuturista Indígena

Por que podemos imaginar o fim do mundo, mas não o fim do colonialismo?

Vivemos o futuro de um passado que não é o nosso. É uma história de fantasias utópicas e idealizações apocalípticas.

É uma ordem social global patogênica de futuros imaginados, erigida sobre o genocídio, a escravidão, o ecocídio e a ruína total.

A quais conclusões se pode chegar em um mundo construído a partir de ossos e metáforas vazias? Um mundo de finais fetichizados calculados em meio à ficção coletiva de espectros virulentos. De tomos religiosos a entretenimento científico ficcionalizado, cada imaginada linha do tempo construída de maneira muito previsível; início, meio e, finalmente, o Fim. Nesta narrativa, inevitavelmente, há um protagonista lutando contra um inimigo Outro (uma apropriação genérica da espiritualidade africana/aaitiana – um "zumbi"?), e alerta de *spoiler*: não é você nem sou eu. Muitos estão ansiosamente prontos para serem os únicos sobreviventes do "apocalipse-zumbi". Mas se trata de metáforas intercambiáveis, esse zumbi/Outro, esse apocalipse.

Essas metáforas vazias, essa linearidade, só existem dentro da linguagem dos pesadelos, são ao mesmo tempo parte da imaginação e do impulso apocalíptico. Essa maneira de "viver" ou de "cultura" é de dominação que consome tudo em prol de si própria. É um reordenamento econômico e político para caber em uma realidade cujos pilares são a competição, a posse e o controle, em busca do lucro e da exploração permanentes. Professa "liberdade", mas é fundada sobre terras roubadas, enquanto sua própria estrutura é construída por vidas roubadas.

É essa mesma "cultura" que deve sempre ter um inimigo Outro para despejar a culpa, para reivindicar, confrontar, escravizar e assassinar.

Um inimigo subumano sobre o qual toda e qualquer forma de violência extrema não apenas é permitida, como também esperada. Se não houver um Outro imediato, ela meticulosamente constrói um. Esse Outro não é criado a partir do medo, mas sua destruição é forçada por isso. Esse Outro é constituído de axiomas apocalípticos e permanente pesar. Essa alterização, essa doença de wetiko talvez seja mais bem sintomatizada em seu estratagema mais simples, o da nossa reconstrução silenciada:

Eles são sujos, Eles são inadequados para a vida, Eles são incapazes, Eles são incompetentes, Eles são dispensáveis, Eles são descrentes, Eles são indignos, Eles são feitos para nos beneficiar, Eles odeiam nossa liberdade, Eles são ilegais, Eles são queer, Eles são negros, Eles são indígenas, Eles são menos, Eles estão contra nós, até que finalmente, Eles não existem mais.

Nesse mantra constante de violência reformulada, ou é Você ou são Eles.

É o Outro que é sacrificado por uma continuidade imortal e cancerosa.

É o Outro que é envenenado, que é bombardeado, que é deixado silenciosamente sob os escombros.

Essa forma de não-ser, que infectou todos os aspectos da vida, que é responsável pela aniquilação de espécies inteiras, pela intoxicação dos oceanos, do ar e da terra, pelo desmatamento e a queima de florestas inteiras, pelo encarceramento em massa, pela possibilidade tecnológica de acabar com o estado de guerra mundial e pelo aumento das temperaturas em escala global, essa é a política mortal do capitalismo, é pandêmica.

Um final que aconteceu antes

A invasão física, mental, emocional e espiritual de nossas terras, corpos e mentes, para colonização e exploração, é colonialismo. Navios navegaram ventos envenenados e marés sangrentas pelos oceanos, impelidos por uma respiração superficial e um impulso de escravidão; milhões e milhões de vidas foram silenciosamente extintas antes que pudessem identificar o inimigo. 1492, 1918, 2020...

Cobertores de guerra biológica, o massacre do nosso parente búfalo, a construção de barragens em rios vitais, a queima de terra imaculada, as marchas forçadas, a prisão por tratado, a educação coerciva por meio de abuso e violência.

O cotidiano pós-guerra, pós-genocídio, a humilhação pós-colonial do nosso lento suicídio em massa no altar do capitalismo; trabalho, renda, aluguel, bebida, sexo, procriação, aposentadoria, morte. Está na beira da estrada, à venda nos mercados indígenas, servindo bebidas no cassino, reabastecendo Bashas, são os indígenas bonzinhos atrás, de você.

Estas são as dádivas que infestam destinos manifestos, este é aquele imaginário futuro que nossos captores querem que perpetuemos e façamos parte. A implacável imposição deste mundo morto foi impulsionada por uma utopia idealizada como ossário; foi "para o nosso próprio bem" um ato de "civilização". Matar o "índio"; matar o nosso passado e com ele o nosso futuro. "Salvar o homem"; impor outro passado e, com ele, outro futuro. Esses são os ideais apocalípticos de abusadores, racistas e heteropatriarcas.

A fé cega e doutrinária daqueles que só conseguem ver a vida através de um único prisma, um caleidoscópio fragmentado de uma guerra total e sem fim.

É um apocalipse que coloniza nossa imaginação e destrói nosso passado e futuro simultaneamente. É uma luta para dominar o significado humano e toda a existência. Esse é o futurismo do colonizador, do capitalista. E é, ao mesmo tempo, todo e qualquer futuro que já foi roubado pelo saqueador, pelo belicista e pelo estuprador.

Sempre se tratou de existência e não existência. É o apocalipse, atualizado. E tendo como única certeza um fim mortal, o colonialismo é uma praga.

Nossos ancestrais entendiam que esse modo de ser não podia ser racionalizado ou negociado. Que não podia ser mitigado ou redimido. Entendiam que o apocalíptico só existe em absolutos.

Nossos ancestrais sonhavam contra o fim do mundo

Muitos mundos existiram antes deste. Nossas histórias tradicionais estão intimamente entrelaçadas com o tecido do nascimento e do fim dos mundos. Por meio desses cataclismos, aprendemos muitas lições que nos tornaram quem somos e como devemos ser uns com os outros. Nossos modos de ser são instruídos pela busca da harmonia por meio e a partir da destruição dos mundos. O Elíptico. Nascimento. Morte. Renascimento.

Temos um desconhecimento de histórias sobre histórias do mundo que faz parte de nós. É a linguagem do cosmos; ela fala por meio de profecias há muito esculpidas nas cicatrizes onde nossos ancestrais sonharam. É a dança dos fantasmas, os sete fogos, o nascimento do Búfalo Branco, a sétima geração, são os cinco sóis, está inscrito em pedra perto de Oraibi e além. Tais profecias não são apenas preditivas, elas também têm sido diagnósticas e instrutivas.

Somos os sonhadores sonhados por nossos ancestrais. Atravessamos todo o tempo entre os sopros dos nossos sonhos. Existimos simultaneamente com nossos ancestrais e as gerações futuras. Nosso futuro está em nossas mãos. É nossa mutualidade e interdependência. É nosso parente. Está nos vincos das nossas memórias, delicadamente dobradas por nossos ancestrais. É o nosso Tempo de Sonho coletivo, e é o Agora. O Depois. O Amanhã. O Ontem.

A imaginação anticolonial não é uma reação subjetiva aos futurismos coloniais, é um futuro anticolonial. Nossos ciclos de vida não são lineares, nosso futuro existe fora do tempo. É um sonho, não colonizado.

Este é o antifuturo indígena

Não nos preocupamos com a forma como nossos inimigos nomeiam seu mundo morto ou como reconhecem ou veem a nós ou estas terras. Não estamos preocupados em reformular seus modos de administrar o controle ou honrar seus acordos ou tratados de morte. Eles não serão compelidos a pôr fim à destruição na qual seu mundo se baseia. Não imploramos a eles que acabem com o aquecimento global, pois se trata da conclusão de seu imperativo apocalíptico, e sua vida se constrói a partir da morte da Mãe Natureza.

Enterramos a direita e a esquerda juntas na terra que tanto desejam consumir. A conclusão da guerra ideológica da política colonial é que os Povos Indígenas sempre perdem, a menos que nos percamos.

Os capitalistas e os colonizadores não nos conduzirão para fora dos seus futuros mortos.

A idealização apocalíptica é uma profecia autorrealizável. É o mundo linear se acabando de dentro para fora. A lógica apocalíptica existe dentro de uma zona espiritual, mental e emocionalmente morta que também se canibaliza. É a ressurreição dos mortos que vieram para consumir toda a vida.

Nosso mundo vive quando o mundo deles deixa de existir.

Como indígenas antifuturistas, somos a consequência da história do futuro do colonizador. Somos a consequência da sua guerra contra a Mãe Natureza. Não permitiremos que o espectro do colonizador, os fantasmas do passado, assombrem as ruínas deste mundo. Somos a concretização das nossas profecias. Este é o ressurgimento do mundo dos ciclos.

Esta é a nossa cerimônia.

Entre céus silenciosos. O mundo respira novamente, e a febre diminui.

A terra está quieta. Esperando a nossa escuta.

Quando há menos distrações, vamos ao lugar onde nossos ancestrais surgiram.

E a voz deles/nossa.

Há uma canção mais antiga que os mundos aqui, ela cura mais profundamente do que a lâmina do colonizador poderia cortar.

E ali, a nossa voz. Sempre fomos curandeiros. Este é o primeiro remédio.

O colonialismo é uma praga, o capitalismo é uma pandemia

Esses sistemas são antivida, não terão o impulso de se curar.

Não permitiremos que esses sistemas corrompidos e doentes se recuperem.

Nós nos espalharemos.

Nós somos os anticorpos

Manifesto publicado em março de 2020 no site indigenousaction.org
Indigenous Action (Ação Indígena) foi fundado em agosto de 2001 com a finalidade de oferecer
comunicações estratégicas e apoio à ação direta para defesa das terras sagradas da comunidade
indígena. É um grupo voluntário radical de criadores e agitadores de mídia indígenas anticolonial e
anticapitalista que trabalha para a libertação da Mãe Terra e de todos os seus seres.
Ao longo dos anos, organizaram centenas de ações, marchas, workshops, conferências etc.

FEBRE #2

Pesquisadoras

Jonaya de Castro, Larissa Dionisio e Talita Virginia

Design

Talita Virginia

Revisão

Claudia Cavalcanti, Estúdio Verbo

Tradução

Márcia Macêdo

Equipe Instituto Lamparina

Diretoria executiva

Gabriela Juns

Diretoria criativa

Jonaya de Castro

Gerente de operações

Ana Carvalho

Coordenação de projetos

Débora Oliveira e Larissa Dionisio

Agradecimentos

Aliança dos Povos pelo Clima, Australia Council for the Arts (Creative Australia), Beatriz Mansano, Bienal das Amazônias, CLUA, Denis Diosanto, Digo Amazonas, Erin Davidson, Federico Esposito Alaia, Fundação Bienal de São Paulo, Géssica Arjona, Giulia Capasso, Greenpeace Brasil, Hannah Lydia, Instituto Incube, Kultur Ensemble Palermo, Livia Conduru, Lori Regattieri, Marina Cipolla, Nicole Kramm, Rafa Jacinto, Rodrigo Santos

Realização

lab.Experimental

instituto

Apoio

